

Lutas em tempo de paz.

Trabalhando com ex-combatentes em Moçambique: o seu trabalho, as suas frustrações e sucessos

Textos: Bram Posthumus, ProPaz, CSVR e NiZA.
Data: Abril 2006



Instituto Holandês para a África Austral

Textos: Bram Posthumus, Salomão Tirço Mungoi (ProPaz), Hugo van der Merwe e Richard Smith (Centro de Estudos da Violência e Reconciliação, CSVR) e NiZA.

Editado e produzido pelo NiZA

Layout: Jan A. Vos

Impressão: Monde Grafica, Maputo

Foto da página da frente: Margrit Coppé ©

Publicado por: NiZA em colaboração com o CSVR (África do Sul) e ProPaz (Moçambique).

ISBN-10: 90-78028-03-3

ISBN-13: 978-90-78028-03-1

Instituto Holandês para a África Austral (NiZA)

Prins Hendrikkade 33

P.O. Box 10707

NL – 1001 ES Amsterdam

Telefone: +31 20 520 62 10

Fax: +31 20 520 62 49

E-mail: niza@niza.nl

www.niza.nl, www.niza.nl/humanrights

Doações e assinaturas: conta n.º 26655 do Postbank

Outros pagamentos: conta n.º 600657 do Postbank

Índice

1	Prefácio.....	1
1.1	O caso de Moçambique.....	1
1.2	A composição do livro.....	2
1.3	Sobre a ProPaz e o Programa de Direitos Humanos e Construção de Paz do NiZA.....	2
2	Ex-combatentes como construtores de paz: oportunidades e desafios.....	3
2.1	A construção de paz no contexto de um conflito alargado.....	3
2.2	Quem são os ex-combatentes?.....	6
2.3	Os desafios que enfrentam os ex-combatentes da África do Sul.....	7
2.4	O risco de mais violência.....	9
2.5	Ex-combatentes como construtores da paz.....	10
2.6	Partilha de experiências entre países africanos.....	12
3	Lutas em tempo de paz.....	13
3.1	O pano de fundo das guerras.....	13
3.2	A vida depois da guerra.....	17
3.3	Associações de ex-combatentes.....	20
3.4	Como funciona a ProPaz.....	23
3.5	Sem ameaças à paz, mas muita má retórica.....	30
4	Uma palavra final.....	33
4.1	Ex-combatentes – pressupostos.....	33
4.2	Oportunidades como Promotores da Paz.....	35
5	Recomendações.....	37
6	Sobre os autores e editores.....	40
6.1	Centro de Estudos sobre Violência e Reconciliação (CSVr).....	40
6.2	ProPaz.....	40
6.3	Bram Posthumus.....	40
6.4	Instituto holandês para a África Austral (NiZA).....	40
7	Referências bibliográficas.....	42
8	Lista de abreviaturas.....	43
9	Anexos.....	44
9.1	História de vida: Cardeal.....	44
9.2	História de vida: Paciência Manjate.....	45
9.3	História de vida: Armando Messitera Muharu.....	46
9.4	História de vida: Alice Elias Zaque Cuinica.....	48
9.5	Qualidade não usada de perito em minas.....	49
9.6	Preconceito urbano, conhecimento rural.....	50

1 Prefácio

Forme uma imagem mental ao ouvir uma das palavras que se seguem: “ex-combatente”, “veterano de guerra”, “antigo combatente”, “ex-lutador” ou “soldado desmobilizado”. Admita: o mais provável é que a imagem não seja muito lisonjeira. Devido ao seu envolvimento com violência durante a guerra, eles são retratados invariavelmente como predispostos à violência e propensos à criminalidade – em resumo, como uma ameaça para a sociedade de uma ou outra maneira. A seguinte citação, tirada dum website referindo-se a uma publicação sobre o processo da paz em Moçambique, é muito reveladora: “Cinco anos depois do fim da guerra e três anos depois das eleições, muitos ex-lutadores continuam a nutrir sentimentos de injustiça, devidos às poucas oportunidades económicas abertas para eles e à falta de reconhecimento da sua contribuição para a guerra e dos sofrimentos que suportaram. Apesar disso, o processo da reintegração foi bastante bem sucedido e *a maioria dos lutadores não constitui uma ameaça imediata para as suas comunidades locais.*”¹ É muito raro encontrar relatos que dêem um retrato mais completo. ‘*Lutas em tempo de paz*’ é uma tentativa de fazer isso mesmo. Baseando-nos em entrevistas com mais de 40 ex-combatentes em Moçambique e com um número de outros actores relevantes, queremos começar a responder algumas das perguntas quase nunca feitas: como são as vidas dos ex-combatentes na realidade? Como se adaptam à sociedade pós-guerra? Quais os papéis que pretendem desempenhar nas suas comunidades ou na sociedade em geral? Quais os papéis que já estão a desempenhar?

As entrevistas mostram que alguns grupos de ex-combatentes estão envolvidos na resolução de conflitos, resolvendo tensões pessoais e políticas. Outros tomam parte em campanhas de saúde pública ou ocupam-se da educação dos eleitores. Iniciativas locais, tomadas por algumas pessoas muito dignas de nota, tiveram obviamente a sua parte nestes desenvolvimentos. No entanto, muitas destas actividades têm lugar em comunidades pequenas e frequentemente rurais, o que significa que não se notam.

1.1 O caso de Moçambique

A guerra em Moçambique terminou em 1992. Desde então, a paz tem sido consolidada numa maneira que pode ser instrutiva para outras nações recém-saídas de conflitos armados.

O que torna ainda mais interessante o caso de Moçambique é a perspectiva temporal. Normalmente, o interesse internacional por países recém-saídos de conflitos armados desaparece depois de poucos meses – ou logo que as primeiras eleições tenham sido devidamente declaradas “livres e justas”. É, portanto, precisamente aquela perspectiva de médio prazo, treze anos depois da guerra, que torna o caso moçambicano tão interessante, tanto ao nível pessoal da vida dos ex-combatentes como ao nível societário dum país que viveu anos de guerra e foi bem sucedido em evitar um regresso à guerra.

¹ Itálicos do NiZA.

1.2 A composição do livro

'*Lutas em tempo de paz*' está dividido em três partes. A primeira parte dá uma ideia geral do papel de ex-combatentes como promotores de paz em países africanos, mais especificamente na África do Sul. Este capítulo pretende dar um pano de fundo teórico ao assunto. Foi escrito pelo Centro de Estudos da Violência e Reconciliação (CSVR).

A segunda parte contém o relato duma série de entrevistas com ex-combatentes em Moçambique que trabalham como promotores de paz para a ProPaz, a associação que é em grande parte responsável pelo envolvimento de ex-combatentes em actividades de construção de paz em Moçambique. O jornalista Bram Posthumus fala com eles sobre a guerra, a sua vida depois da guerra e o seu trabalho para a ProPaz. A última parte desta publicação apresenta conclusões e recomendações.

Os entrevistados são todos ex-combatentes, homens e mulheres, que lutaram ou para o governo, a Frelimo, ou para o adversário, a Renamo. São de três grandes regiões do país: o Norte, o Centro e o Sul. Alguns têm a sua base em áreas rurais e outros em centros urbanos. Quase todos eles participam na ProPaz.

1.3 Sobre a ProPaz e o Programa de Direitos Humanos e Construção de Paz do NiZA²

A ProPaz é uma das organizações mais activas de construção de paz de Moçambique. Os seus programas mobilizam ex-combatentes numa gama de actividades, por exemplo localizar depósitos (esconderijos) de armas e projectos de desminagem, como também o treino de resolução de conflitos e o apoio activo à paz nas suas comunidades. Além dos efeitos positivos dos próprios projectos, um dos aspectos mais importantes do trabalho da ProPaz é a reintegração e reconciliação de ex-soldados nas comunidades locais. Antigos inimigos estão a colaborar pela paz.

A ProPaz é um dos 24 parceiros do Programa de Direitos Humanos e Construção de Paz do NiZA, o instituto holandês para a África Austral. Este programa do NiZA põe em foco a construção da paz, o acesso à justiça, a igualdade entre homens e mulheres e a educação cívica. Três dos quatro parceiros na construção da paz são associações de ex-combatentes, que estão activamente comprometidos em promover a resolução não violenta de conflitos a nível da comunidade.

Agradecemos à PSO a disponibilização de fundos que permitiram realizar esta publicação.

Bob van der Winden (Director de Programa do NiZA)

Salomão Mungoi (Oficial de Programa da ProPaz)

² Para mais informações sobre a ProPaz, o NiZA e os outros colaboradores, ver o capítulo 6.

2 Ex-combatentes como construtores de paz: oportunidades e desafios

Por Hugo van der Merwe e Richard Smith (CSVSR)³

A construção de paz em sociedades destroçadas pela guerra é um desafio que requer estratégias persistentes e em muitos flancos. A luta pela paz assume muitas formas e ocupa uma grande diversidade de defensores. Uma importante questão que se coloca a estas sociedades é se os ex-combatentes, que já tiveram o papel central no conflito e são agora geralmente considerados um grande obstáculo à paz, têm o potencial para se transformarem em participantes vitais na construção de uma paz duradoura. O retrato apresentado nesta publicação traz uma nova e reanimadora perspectiva sobre esta questão. Desafia os estereótipos correntes, explora e introduz novas possibilidades locais para a paz, e levanta questões mais profundas sobre o significado da paz em comunidades dilaceradas pela guerra e hoje divididas em consequência de persistentes injustiças sociais, políticas e económicas.

Esta introdução é uma reflexão sobre algumas percepções essenciais adquiridas pelos autores, todos trabalhando para o CSVSR, durante o seu trabalho com ex-combatentes e as suas comunidades, em primeiro lugar na África do Sul mas também através de informações que constituem lições sobre Angola, Moçambique, Zimbabwe, Serra Leoa e Burundi. Recorre às lições resultantes do nosso trabalho de atendimento de traumas, investigação aprofundada, iniciativas de construção de paz a nível de comunidades, justiça restaurativa e outros projectos de capacitação.⁴ Embora a maior parte deste trabalho tenha sido feito com forças de libertação, o retrato dado aqui também reflecte em grande parte as experiências de forças ligadas a governos e de milícias actuando em virtude de outros motivos complexos.

Esta introdução e os próximos capítulos foram inspirados principalmente por iniciativas em Moçambique e na África do Sul mas também reflectem a resiliência de ex-combatentes de outros países e em outros contextos. Esperamos que este livro ajude a perceber a complexidade da formulação de políticas com um impacto positivo nas pessoas de que tratamos. E esperamos também que contribua para compreender que o potencial para transformar a violência em paz é enorme.

2.1 A construção de paz no contexto de um conflito alargado

Os trabalhadores pela paz de toda a África e de todo o mundo começam a ganhar mais voz para articular as suas próprias experiências com a violência, e as novas percepções que adquiriram na transformação de conflitos e construção da paz. Grande parte desta experiência desafia o pensamento convencional e inspira um número crescente de activistas de paz empenhados em construir uma paz duradoura e persistente.⁵

³ Com contribuições adicionais de membros do pessoal do CSVSR, com inclusão de Oupa Makhalemele, Bronwyn Harris, Sasha Gear, Moloko Malakalaka e Malose Langa.

⁴ Para mais informações: www.csvr.org.za/

⁵ Foro internacional "ACTION for Conflict Transformation", *Transforming conflict, reflections of practitioners worldwide*, Phnom Penh: ActionAsia; Melville: Action Support Centre, 2003

O essencial destas experiências é a consciência de que a construção da paz vai além da assinatura de tratados formais de paz. Um processo de construção de paz não significa só a erradicação da violência, mas também a construção de relações inspiradas por valores e atitudes positivas e apoiadas por sistemas e estruturas adequadas.⁶

A guerra e os conflitos não afectam apenas as relações a nível nacional, mas também transtornam e dão nova forma às relações a todos os níveis da sociedade entre as pessoas e entre os sistemas que as pessoas desenvolveram. Para que um processo formal de paz tenha influência directa na vida quotidiana das pessoas, o processo terá que ser complementado com esforços planeados e aplicados no nível da comunidade (e não meramente filtrados para este nível). Isto implica o desenvolvimento de relações com pessoas a nível das comunidades, entre pessoas e instituições do Estado, entre homens e mulheres e entre jovens e pessoas mais velhas.

Para construir a paz é necessário compreender as causas fundamentais e interligadas dos conflitos, avaliar claramente as consequências da violência para a sociedade, e ter uma visão compartilhada dum futuro que reflecte um conjunto de valores desenvolvidos colectivamente. Isto significa aumentar a capacidade das pessoas para analisarem e reflectirem sobre as forças à sua volta. Estas forças operam a diversos níveis, individual, comunitário, nacional e internacional. A análise permite às pessoas desenvolver percepções, estratégias, planos e acções. Estas estratégias estão enraizadas na experiência e consciência próprias de cada um e inspiram acções cujo início se dá nas próprias pessoas.

Os efeitos de guerra sobre uma sociedade são muito mais profundos do que pensam aqueles que estão fora do contexto local. A guerra acarreta uma profunda transformação na identidade, valores e cultura, e na consciência da natureza do “eu” e da sociedade. Impõe uma mudança de identidade que deve permitir às pessoas diferenciarem entre “nós” e “eles”, justificando assim a matança de “eles.” Este processo de desumanização de categorias inteiras de pessoas não se inverte facilmente por meio de novos símbolos políticos de unidade e reconciliação. A guerra também torna necessário redefinir os valores sociais existentes em torno da matança. A transformação para uma sociedade que permite ver a matança em simples termos instrumentalistas, e não como um dilema moral, explica, no fundo, como surgiu a ideia de que o poder e o acesso a este estão baseados na violência. A capacidade de matar supera quase todas as outras formas de mobilização colectiva. Esta valorização de vigor e força passa a fazer parte integrante da cultura juvenil e das relações sociais entre jovens em várias partes da sociedade. A violência que se espalha em comunidades em consequência de guerra, e que provoca violência entre indivíduos pertencentes a partes adversas numa comunidade dividida, também destrói o sentido do que significa ser um ser humano. Observar, ser parte de, ou ser afectado por uma matança brutal mina e desvaloriza a própria vida da pessoa e tira o significado à sociedade.

Recuperar de anos de conflito e guerra significa lidar com a lembrança de guerra, que domina o sentido de “eu” das pessoas, as suas expectativas para com os seus vizinhos

⁶ Fisher, Simon et al, *Working with conflict: skills and strategies for Action*. London: Zed Books, 2005, 3rd impr.

(tanto amigos como inimigos), a sua percepção do poder e a sua capacidade de ter esperanças para o futuro.

O desafio que os ex-combatentes enfrentam como participantes num tal processo de transformação de conflitos é tão grande como o desafio para qualquer outro sector da sociedade. Os modelos dominantes das maneiras de lidar com ex-combatentes em sociedades “pós-conflito” são profundamente problemáticos.⁷ O modelo *DDR*, consistindo em Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, costuma tratar os ex-combatentes simplesmente como uma ameaça. Os ex-combatentes são encarados como um ponto de inflamação inconstante: pessoas que podem ser remobilizadas se não forem desarmadas e dispersas. São tratados também como um sintoma doloroso que precisa de ser desinfectado e normalizado. Essencialmente, o modelo trata os ex-combatentes como se fossem casos individualizados de violência numa sociedade normal ou pacífica.

O modelo é problemático na medida em que os processos técnicos de desarmamento e desmobilização tendem a receber mais atenção do que os processos de reintegração, que são mais complexos e mais a longo prazo. No entanto, o próprio termo “reintegração” constitui problema. O termo implica que os combatentes terão que passar por uma transformação permitindo que se adaptem de novo a uma sociedade civil. Ora, tal adaptação é impossível se já não existe uma sociedade civil, no sentido idealizado de uma colectividade harmoniosa do pré-guerra, capaz de acolher no seu seio um indivíduo arrependido ou um herói de guerra que retorna. A reabilitação, quando ocorrer, é geralmente só a curto prazo e pode muitas vezes agravar o problema fechando os caminhos para mais atendimento e sugerindo que, de agora em diante, qualquer outro trauma já não é legítimo.

Na maioria das situações decorrentes de guerra e violência extrema, a miséria social e a falta de meios de subsistência e de recursos acessíveis geram enormes tensões que afectam a comunidade inteira, e não somente aqueles que têm experiências directas com o combate armado. Estas condições exigem uma enorme capacidade para resistir ao regresso à guerra, e a violência é muitas vezes ainda considerada como a solução mais fácil do problema.

Uma abordagem baseada na construção da paz dirige-se à reintegração da comunidade no seu todo (com as suas velhas e novas divisões, tensões e identidades, e as suas relações com contextos mais amplos), ao mesmo tempo que reconhece e ataca problemas enfrentados por indivíduos e distintos grupos de pessoas. Ao concentrar-se unicamente nos ex-combatentes corre-se o duplo risco de estigmatizá-los como sendo a fonte de quaisquer problemas, e de provocar novas tensões sobre a distribuição dos recursos.

⁷ Gear, Sasha *Now that the war is over - ex-combatants transition and the question of violence: a literature review*. Johannesburg: Centre for the Study of Violence and Reconciliation, April 2005. - (Violence and Transition series; no. 9) www.csvr.org.za

2.2 Quem são os ex-combatentes?

Os ex-combatentes⁸ estão longe de constituir um grupo homogéneo. Há experiências distintas relacionadas com as diferenças entre formações militares, assim como diferenças óbvias entre as experiências dos membros formais de formações militares e aqueles das unidades informais de combate. Estas diferenças dependem de vários factores, incluindo a medida em que os combatentes lutaram incorporados numa estrutura formal ou informal, por exemplo numa formação militar financiada pelo governo (tal como a Força de Defesa da África do Sul) ou em unidades de autodefesa constituídas informalmente. Outra diferença na região é aquela entre os combatentes que lutaram na guerra de independência e os que estiveram mais envolvidos na subsequente guerra civil. Em Moçambique, por exemplo, faz-se frequentemente a distinção entre *antigos combatentes* que lutaram na guerra de independência e *ex-combatentes* (os que lutaram na guerra entre o Frelimo e o Renamo).

Há também a diferença entre aqueles que viveram exilados durante décadas e aqueles que nunca abandonaram a sua comunidade local. Há os que estiveram envolvidos em guerras convencionais, em ataques de guerrilha, ou em combates em comunidades locais. Alguns deles foram torturados, feridos ou viram matar os seus colegas ou parentes; outros praticaram abusos horríveis. Alguns tiveram o combate regular e a vida destruída por intrigas, traição e desconfiança; outros passaram meses cheios de aborrecimento e frustração à espera de uma oportunidade para lutar. As mulheres ora foram as figuras centrais em batalhas heróicas, ora foram tratadas com desdém e severamente abusadas pelos seus supostos camaradas. Alguns passaram a ser soldados quando estavam na sua primeira adolescência, sem terem muita formação, e outros quando já eram adultos de idade madura com carreiras estabelecidas. Alguns retornaram da guerra com a aspiração de regressar para a vida rural como agricultores, outros com a ambição de se tornarem líderes políticos ou desempenharem um papel importante na economia moderna.

Uma outra diferença importante é o pano de fundo ideológico dos combatentes. Na África do Sul, por exemplo, aqueles que lutaram como adversários durante o conflito tinham interpretações totalmente diferentes do conflito da África do Sul e diferentes visões do futuro. Em Angola, os combatentes lutaram ao lado da UNITA ou do MPLA. Em Zimbabwe existem diferenças ideológicas entre os que lutaram ao lado da ZANU e da ZAPU. No final da guerra, no entanto, estas diferenças parecem menos dramáticas. Mesmo assim, é evidente que ainda existem, o que é posto em relevo pelo exemplo de Zimbabwe, onde um forte contingente de “veteranos de guerra” é grande partidário do partido dirigente ZANU-PF, ao passo que outros grupos mantêm uma atitude muito crítica.

Em todos os contextos, o leque de experiências dentro de um grupo de ex-combatentes terá a mesma diversidade e complexidade. Estas diferenças significam que projectos por ou para ex-combatentes apresentam sérios desafios. A inclusão social e a representação

⁸ Na África do Sul, a maioria dos ex-combatentes prefere o termo “veterano.” Porém, o termo “veterano militar” também tem sido usado às vezes para referir a um grupo mais restrito de ex-combatentes: os membros mais formais de estruturas militares.

Portanto, o termo “ex-combatente” é usado aqui como um termo mais abrangente, referindo a qualquer pessoa que esteve directamente envolvida numa formação armada durante o conflito.

constituem em si desafios complexos, ainda agravados pela variedade de dinâmicas psicológicas e sociais. Apesar disso, há um número surpreendente de aspirações e desafios comuns dentro deste grupo diverso.

Apesar desta publicação dar uma imagem de esperança e inspiração, é essencial também reflectirmos brevemente sobre a realidade enfrentada pelos ex-combatentes – pelo menos em termos da situação sul-africana. A verdade dolorosa é que a maioria dos ex-combatentes está descontente, se sente alienada e ignorada, e vive uma vida caracterizada pela marginalização social e económica. Segundo parece, esta imagem aplica-se a muitas situações na África.

2.3 Os desafios que enfrentam os ex-combatentes da África do Sul

A fim de rever brevemente os desafios enfrentados por ex-combatentes que voltam para a vida civil numa sociedade pós-guerra, classificamo-los como desafios económicos, sociais e psicológicos.

Desafios económicos

A maioria dos ex-combatentes da África do Sul vive em piores condições económicas do que o resto da população. Eles sofrem com os altos níveis de desemprego e não têm acesso a uma habitação condigna nem a outros serviços. O alto nível de desemprego deve-se em grande parte à falta que eles têm de educação formal e de aptidões demandadas pelo mercado de trabalho, e é agravado ainda pela discriminação exercida contra eles por patrões que sentem aversão por empregar pessoas com experiência no combate.⁹

Na hora da sua desmobilização, os ex-combatentes receberam assistência limitada para a sua recapacitação, e é geralmente reconhecido (até pelo Ministério da Defesa) que tais programas foram um fracasso total. Muitos ex-combatentes tinham sido exilados ou tinham ingressado nas organizações militares antes de terminarem a sua formação. Este sacrifício para a luta pela libertação não teve, na sua opinião, o reconhecimento que merece.

As quantias pagas numa só vez que receberam na hora da desmobilização já há muito desapareceram e não tiveram qualquer impacto significativo e persistente na sua vida. Muitos ex-combatentes não obtiveram direito às pensões especiais concedidas pelo governo democrático (devido à sua idade, à duração do serviço ou ao tipo de formação militar em que ingressaram), e muitos lutaram em vão para provar as suas competências militares.

A elevada taxa de desemprego na África do Sul (cerca de 40%) apresenta uma perspectiva sombria para aqueles que enfrentam estes desafios. Também deparámos

⁹ Para pormenores sobre as condições de vida actuais de ex-combatentes, ver: Mashike, Lephophotho and Mafole Mokalobe, "The reintegration into civilian life: the case of former MK and APLA combatants". Cape Town: University of Cape Town, Centre for Conflict Resolution. In: *Track Two* - Vol 12, No. 1 and 2 (Sep. 2003) ccrweb.ccr.uct.ac.za

com relatos de ex-combatentes referindo-se às dificuldades em tratar com ambientes laborais tão diferentes do ambiente militar a que estavam acostumados, em especial a natureza da dinâmica interpessoal e os sistemas de autoridade. Muitas vezes, simples aptidões técnicas não são capacidades suficientes para alguém com um passado militar poder funcionar num ambiente laboral moderno, com a sua ênfase no individualismo.

Desafios sociais e políticos

Frequentemente os ex-combatentes enfrentam estigmatização social nas suas comunidades e na sociedade no seu todo. Por vezes, são considerados como indivíduos predispostos à violência, instáveis, e potencialmente criminosos. Ao mesmo tempo, são venerados pela maioria das pessoas como os libertadores do país. Este respeito, misturado com receio, coloca-os numa posição muito ambígua dentro das suas comunidades. Em algumas comunidades, chegaram a posições de liderança e respeito; em outras são vistos como estranhos por causa da sua demorada ausência. Embora a maioria tente deixar para atrás a sua experiência militar, algumas comunidades desejam que assumam outra vez um papel de tipo militar e que usem a força para proteger a comunidade contra uma investida de criminosos.

Muitos ex-combatentes tiveram dificuldades em adaptar-se de novo às suas famílias. Muitas vezes, algumas das suas responsabilidades na família foram assumidas por outro membro da família, e às vezes é muito difícil renegociar novas responsabilidades e modos de relacionamento. Os ex-combatentes frequentemente têm a impressão de que as pessoas à sua volta não compreendem ou apreciam o que eles passaram e, por isso, continuam a sofrer – o que é agravado ainda pelo segredo que envolve geralmente as actividades militares em tempo de guerra.

O governo também tem lidado com os ex-combatentes dum modo muito ambíguo. Por um lado, reconhece a sua contribuição em discursos e cerimónias; por outro lado, parece mantê-los à distância quando se trata de consulta sobre políticas e prestação de serviços. Na sua maioria, como um grupo, os ex-combatentes não julgam ter uma voz efectiva na política ou dispor de canais efectivos para comunicarem com departamentos do governo ou figuras políticas.

O acima dito torna-se evidente na conclusão dum relatório de pesquisa de Sasha Gear, onde ela constata: 'A nível da sociedade mais ampla, os mecanismos para assistir à reintegração dos ex-combatentes estão, pelos vistos, ausentes, ou são inadequados ou ineficazes. Em vez do desenvolvimento de mecanismos de apoio que facilitem este processo cheio de tensão, verifica-se a produção ou reprodução de relações de exclusão e, por vezes, conflituosas.'¹⁰

Desafios psicológicos

Na situação de guerra, havia um elemento de orgulho na auto-imagem e apresentação pública dos combatentes como membros corajosos, comprometidos e fortes da sociedade. Se bem que ainda persista um resto deste orgulho e reconhecimento, é um

¹⁰ Sasha Gear, *Wishing Us Away: Challenges facing ex-combatants in the 'new' South Africa*. Johannesburg: Centre for the Study of Violence and Reconciliation, April 2005. – (Violence and Transition series; no 9)

desafio achar outras fontes de alento ao respeito próprio e de reconhecimento numa sociedade dominada por interesses materialistas. Especialmente quando lutam para cumprir a nova tarefa de sustentar a família, a sua auto-imagem é severamente perturbada.

A sua fé nos objectivos políticos do seu movimento dava-lhes um profundo sentido de propósito e de comunidade. Embora se admita que o movimento de libertação ganhou a batalha, é comum um sentimento de desânimo pela falta de transformação da sociedade. Muitos ex-combatentes são de opinião que os seus líderes têm traído a luta, já que tão pouco tem mudado no dia-a-dia das suas comunidades.

Ao passo que a militarização realçou a identidade “viril” dos soldados masculinos, tendo em grande conta a sua firmeza e força, o ambiente familiar exige qualidades e aptidões muito diferentes. As capacidades de comunicação e tratamento de conflitos aprendidas no exército são muitas vezes inapropriadas, devendo ser mudadas drasticamente num contexto civil. Da mesma maneira, as mulheres ex-combatentes retornadas têm geralmente assumido papéis que não correspondem ao que tradicionalmente se esperava delas. Como resultado, enfrentam muitas vezes desafios específicos na integração e são frequentemente estigmatizadas. No entanto, geralmente espera-se que os ex-combatentes retornem ao seu lugar na vida civil e se adaptem, sem apoio nem preparação para as numerosas e complexas dinâmicas que se deparam no seu caminho.

Muitos combatentes sofreram um trauma imediato como vítima, testemunha ou autor directo de violência. Este trauma manifesta-se de muitos modos, incluindo sintomas de stress pós-traumático (PTSD) e por vezes também elementos de culpa ou pudor por motivo do seu envolvimento nestes actos de violência. O abuso de drogas e álcool não é invulgar na África do Sul – servindo, ao que parece, como uma tentativa de escapar às realidades desagradáveis e às tensões da transição e das memórias incómodas, e como uma tentativa de começar uma nova vida para si mesmos.

2.4 O risco de mais violência

Grande parte do que se esboçou acima em termos de desafios levanta a questão se os ex-combatentes serão susceptíveis à violência no futuro. O motivo inicial para pôr esta questão é o receio de um colapso do processo de paz, por ocasião do qual os soldados podem ser remobilizados para continuar a guerra (ou usar violência durante campanhas eleitorais). Em seguida, levanta-se esta questão em relação com o envolvimento de ex-combatentes em novas formas de violência, especialmente quando uma sociedade “pós-conflito” sofre de altos níveis de criminalidade violenta.

Estas questões não devem ser postas de parte. No entanto, o problema dos altos níveis de criminalidade violenta (violência doméstica, violência criminosa, violência política, violência de vigilantes, etc.) nos países que se recuperam da guerra não pode ser atribuído aos ex-combatentes. Como foi esboçado acima, os efeitos de guerra são assoladores para muitos aspectos da vida social e política, destruindo o tecido social das comunidades. Os ex-combatentes não são a causa da desorganização e violência. São,

contudo, susceptíveis a serem recrutados para assumirem este papel, por causa das suas aptidões, da sua exclusão social e económica e da sua alienação política.

Se os desafios e riscos específicos para os ex-combatentes são muito graves, há ao mesmo tempo esperança e espaço para soluções criativas que reduzem ao mínimo quaisquer riscos que contribuam para o amplo clima de violência.

2.5 Ex-combatentes como construtores da paz

Muitas vezes, os próprios ex-combatentes tomaram iniciativas para transformar as suas vidas e as vidas das comunidades em que vivem. Estas iniciativas reflectem não só as convicções pessoais dos ex-combatentes individuais, mas também foram muitas vezes inspiradas por justamente aquelas experiências de combate que resultaram na sua traumatização e marginalização.

Frequentemente são os ex-combatentes quem desempenha o papel principal na construção de um grau de confiança suficiente entre comunidades deslocadas para possibilitar o seu retorno, e quem fornece a mão-de-obra que começa a reconstruir as aldeias destruídas. Na Serra Leoa, os próprios ex-combatentes organizaram-se num esforço colectivo a fim de começar o processo de desenvolvimento. Em Angola, ex-combatentes esforçam-se para chamar atenção para a necessidade de assistência social de crianças-soldado e pessoas incapacitadas ou indigentes em resultado da guerra.

Na África do Sul democrática, os ex-combatentes também não ficaram de braços cruzados. Há inúmeros exemplos de iniciativas (tanto individuais como colectivas) para fomentar o desenvolvimento pessoal, adquirir aptidões económicas e sociais e *life skills* (capacidades de vida), abordar conflitos de modo construtivo e comprometer-se com o processo político para transformar a situação. Há também um número de ONG's que mobilizaram ex-combatentes para enfrentarem estes desafios, muitas vezes com sucessos muito significativos.

O que é mais importante, os ex-combatentes não só empreenderam actividades para melhorar a sua posição, mas também assumiram o papel de construtores de paz nas suas próprias comunidades e na sociedade em geral. Entre outros têm estado envolvidos em:

- esforços para melhorar as condições nas suas comunidades através de projectos de desenvolvimento social e económico
- esforços formais e informais para proteger comunidades contra criminosos
- processos de mediação e resolução de conflitos em comunidades
- e esforços para advogar pela justiça social, em vista da desigualdade que continua a existir na nossa sociedade.

Um compromisso com a justiça social, a transformação e os direitos económicos que leva pessoas a ingressarem em formações militares também pode ser o motivo de esforços para promover a mudança social.

Os ex-combatentes têm, na sua maioria, muita paixão por trabalhar para as suas comunidades. Onde foram tratados com desconfiança devido às suas acções no passado

ou a uma ausência prolongada, têm-se mostrado dispostos a fazer sacrifícios para se restabelecerem como membros respeitados da comunidade.

Ainda que possam carecer de certas aptidões técnicas aplicáveis na vida civil, muitas das experiências de ex-combatentes adquiridas quando serviram no exército também os equiparam de modo positivo:

- A sua experiência em trabalho de equipa parece não ter par em outros ambientes de trabalho. O seu sentido de compromisso com colegas está altamente desenvolvido, assim como a sua capacidade de combinar a concorrência com a colaboração
- Muitos deles têm forte experiência em liderança, o que inclui capacidades de planeamento, organização e motivação
- Alguns desenvolveram grande habilidade no discurso público, no treino ou no ensino
- A autodisciplina e o respeito por uma clara estrutura de autoridade são fundamentais na maioria das estruturas militares.¹¹

No nível social e pessoal, os ex-combatentes dispõem de recursos excepcionais a que podem recorrer ao promoverem iniciativas de construção de paz. Aqueles que enfrentaram o seu próprio trauma individual e tomaram parte num processo de reconciliação com os seus antigos inimigos, têm experiência em primeira-mão do processo que o resto da sociedade ainda terá que enfrentar e compreender completamente. Dois ex-combatentes de lados opostos na guerra, colaborando agora para tratar de problemas sociais, constituem um símbolo extremamente forte. Constituem uma imagem pessoal do potencial de recuperação, como também uma vigorosa afirmação social sobre uma nova agenda comum para a mudança.

Os ex-combatentes têm experiências em primeira-mão, íntimas da violência. Podem dar oportunidades para compreender melhor os seus efeitos e perigos, e o seu impacto cru e real na vida das pessoas. As suas histórias e entranhadas experiências pessoais servem de testemunha poderosa por ocasião de qualquer iniciativa de formação dos jovens ou de levantar discussões públicas sobre maneiras de desenvolver soluções não violentas para problemas sociais.

Os ex-combatentes são muito mais do que simples lutadores: são frequentemente activistas sociais com uma boa compreensão da natureza e causas de injustiça social. São frequentemente portadores de uma memória social de luta, assumindo o papel de preservadores da história da luta contra a injustiça. Esta história de luta e a sua relevância para o ensino sobre direitos individuais e colectivos é de vital importância para as tentativas da sociedade de compreender o passado. Constitui também a chave para interpretar lições para uma sociedade que não se livrou do fardo da desigualdade e empobrecimento.

¹¹ Isto é verdade especialmente para movimentos de libertação como Umkhonto we Sizwe, Frelimo e tropas sob controlo governamental, mas, talvez, menos para movimentos rebeldes como a Frente Unida Revolucionária da Serra Leoa.

2.6 Partilha de experiências entre países africanos

Tudo considerado, a África do Sul não é um exemplo modelar de reintegração de ex-combatentes ou de reconciliação a nível local seguindo-se à opressão do apartheid. Em grande parte do nosso trabalho a este propósito, temos olhado para os nossos vizinhos e outros países do continente para lições e inspiração.

O sector de reintegração dos ex-combatentes na África do Sul é muito pouco desenvolvido. Embora não falem muitos exemplos de iniciativas entusiasmantes, elas não têm sido documentadas e avaliadas com a eficiência necessária para se determinar como podem ser adaptadas e reproduzidas. A rede de contactos entre as ONG's e as associações de ex-combatentes também é muito fraca, o que significa que não se partilham efectivamente as experiências e só se desenvolvem poucas iniciativas em conjunto. Também não existe uma agenda clara para o apoio a dar, no que diz respeito à política governamental ou à prestação de serviços.

As redes de contactos regionais podem oferecer oportunidades não só para partilhar experiências e inspirar novas iniciativas, mas também para mostrar novas maneiras de colaborar e construir parcerias entre organizações de ex-combatentes, entre organizações de ex-combatentes e ONG's e entre todos os intervenientes no sector. Como será demonstrado nos exemplos que se seguem, os casos moçambicanos de partilha de experiências com ex-combatentes de outros contextos têm provado ser um exercício útil e rico em conhecimentos. Esforços para organizar ex-combatentes de toda a região deverão produzir um reservatório ainda mais rico de conhecimentos e uma plataforma útil para expressar as necessidades dos ex-combatentes.

Os exemplos dados aqui e mais adiante na publicação constituem provas essenciais do potencial para desenvolver estratégias de construção de paz baseadas na enorme resiliência e na capacidade fundamental de um grupo cuja marginalização a sociedade não pode arriscar. Os trabalhadores pela paz, formuladores de políticas e governos têm, todos eles, o seu papel a desempenhar na realização deste potencial. Se bem que os desafios comuns de erradicar a pobreza e violência e de transformar relações, sistemas e estruturas sejam enormes, sem estratégias para enfrentar estes desafios a estabilidade da paz será sempre ameaçada.

3 Lutas em tempo de paz

Por Bram Posthumus

3.1 O pano de fundo das guerras

Houve duas guerras em Moçambique entre 1964 e 1992. A primeira foi a guerra para a independência nacional. Pôs frente a frente as tropas da então potência colonial, Portugal, e as da Frelimo (Frente para a Libertação de Moçambique). A Frelimo começou como um movimento nacionalista orientado essencialmente para a esquerda, apoiado pela então União Soviética e por outros países do chamado Bloco Oriental. Mais tarde adoptou o marxismo-leninismo como a sua ideologia orientadora, rejeitando-a numa fase posterior. Uma vez no poder, a Frelimo foi sempre mais pragmática nas suas políticas económicas do que se tinha pensado a princípio. O processo de independência de Moçambique foi desencadeado por um golpe militar em Portugal em 1974, que removeu um dos últimos regimes fascistas ainda existentes em solo europeu e preparou o caminho para a democracia. A principal queixa dos novos oficiais que expulsaram o governo português foi a persistência de guerras coloniais em Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e até em Timor-Leste. A maioria destes países, com inclusão de Moçambique, conseguiu a independência em 1975.

Infelizmente, o fim da guerra para a independência não foi seguido por um período de construção nacional e paz. Em meados dos anos 1970, a estrutura geopolítica da África Austral era incontestavelmente desfavorável a estados desde há pouco independentes e com governos progressivos, tanto mais que estes governos começaram a prestar apoio aos movimentos de libertação em dois países que ainda haveriam de libertar-se do regime colonial: a Rodésia (actual Zimbabwe) e a África do Sul do apartheid. A resposta veio na forma de uma “contra-revolta”: unidades de lutadores especialmente treinados para desestabilizarem o país-alvo. A MNR (Mozambique National Resistance), que recebeu mais tarde o nome local de Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) foi criada na Rodésia. Depois da mudança deste país para um regime maioritário, em 1980, os serviços secretos da África do Sul encarregaram-se da Renamo. A entrada da Renamo em Moçambique em 1976 foi sucedida por 16 anos de guerra civil muitas vezes brutal.

Aliás, o termo “guerra civil” é neste caso um nome impróprio, porque a guerra foi claramente exportada para Moçambique. Mais tarde sim, o conflito armado enraizou-se a nível local e deu motivo a um discurso político local, na medida em que ressentimentos e assuntos locais se entrelaçaram com a guerra. A nível nacional, o discurso político seguiu quase sempre os slogans “Defender o país e a Revolução”, da Frelimo, e “Lutar pela democracia”, da Renamo. Como explica Paciência Manjate (48 anos), que foi mulher-soldado da Frelimo: ‘Entrávamos nas aldeias e percorríamos o país para defendê-lo dos agressores internacionais e dos contra-revolucionários. Sim, era um tempo muito ideológico.’ Jordão Mbualambuanda (45 anos) passou dez anos (1984-1994) ao lado da Renamo em regiões rurais de Moçambique, especialmente em Maringué e arredores. Maringué é o antigo quartel-general da Renamo e continua a ser um lugar fonte de controvérsias. O Jordão concorda com a Paciência: ‘Eu era um comissário político, encarregado de explicar às pessoas por quê havia guerra. E reparem

bem, havia só uma maneira de pensar sobre isso: discordar da linha do partido estava fora de hipótese. Agora pelo menos temos a liberdade de discordar. Temos democracia, novas ideias. E com certeza já não estamos interessados na maneira como costumávamos viver.’

A guerra nunca foi somente negócio de homens, e em Moçambique havia muitas mulheres a lutarem na guerra que consideravam justa. Como expõe explica Paciência Manjate: ‘Certamente, as mulheres estavam dispostas a lutar pelos seus ideais como cidadãs duma nova nação. O nosso grande exemplo era Josina Machel, que tinha um papel central na nossa luta pela independência.’ Manjate não reivindica um tratamento especial por ser mulher. ‘Não havia um tratamento especial, bom ou mau, reservado para as mulheres. Afinal, todos podiam morrer. Isto era uma guerra.’ Homens, mulheres e crianças constituíam o alvo das campanhas de recrutamento: para muitos ex-combatentes, a carreira militar começou no momento em que foram apanhados em caminhos de aldeias ou ruas de bairros – ou convocados para o serviço militar. Como recorda João Cebola Amisse (40 anos): ‘Eu ia à escola no distrito de Nacala, e um dia em 1988 afixaram um edital no muro, onde se lia o meu nome. Assim, fiquei a saber que o meu tempo se tinha acabado: teria que entrar no serviço militar. O serviço militar foi introduzido em 1980, por motivo da guerra, e era impossível escapar-se dele.’ Lídia Manguzeze Huó (35 anos) estava ocupada na lida do dia-a-dia, de ida e volta da escola e ajudando no campo em Inhambane, quando foi sequestrada pela Renamo em 1987. ‘Com certeza que não fui de livre vontade. Queria ser médica.’ A sua carreira militar foi interrompida em menos de um ano, quando ela pisou numa mina terrestre, perdendo a perna direita. Foi socorrida por soldados da Frelimo, que a levaram a um hospital onde a perna foi amputada. Agora tem uma perna artificial. Passaram mais de 10 anos antes que pudesse rever finalmente a sua família. Contudo, alguns foram voluntariamente, tal como Santos Samuel (46 anos). ‘Ingressei no exército governamental em 1977. Parecia-me ser uma boa maneira de obter experiência de trabalho e de aprender um ofício.’

Essa formação fazia certamente parte da experiência, mas era tempo de guerra e há um consenso geral de que aqueles 16 anos foram terríveis para todos. Augusta Joaquim Marimira (34 anos), que lutou para a Renamo, descreve algumas das privações. ‘Quando estávamos na mata, havia muita fome e pouquíssimos medicamentos. Em Maringué, onde estive por um longo tempo, muitas pessoas morreram de fome. Foi duro, muito muito duro.’ Armando Messitera Muharu (37 anos), que também lutou para a Renamo, relembra as distâncias que teve de percorrer. ‘Só andávamos a pé, o tempo todo. Percorriamos facilmente uns mil quilómetros em quatro meses, levando uns 35 quilos de armas’.¹² Jordão Mbualambuanda recorda o isolamento. ‘Era muito difícil viver aqui. Na verdade, uma vez aqui, não tínhamos onde ir. Este lugar de Maringué estava completamente isolado. Era especialmente difícil obter comida, para o que se tinha que contar com outros.’ A situação era a mesma dos dois lados: combates, esperas demoradas, longas marchas, a comida sempre escassa e a ameaça constante de morte e doença.

Fundamentalmente, a guerra de Moçambique era um conflito armado entre dois exércitos organizados de modo convencional. Por exemplo, as duas partes na guerra receberam treino numa base do exército britânico na cidade Zimbabweana de Nyanga.

¹² Ver o anexo.

Foi lá que a Renamo foi treinada antes de a Rodésia de Ian Smith vir a ser o Zimbabwe de Robert Mugabe, em Abril de 1980. A partir de então, a Frelimo treinou na mesma base. A natureza convencional dos exércitos é um ponto importante a reter, visto que a questão do treino e do enquadramento numa ordem e numa hierarquia é essencial para compreender as percepções e os comportamentos de ex-combatentes na sua vida posterior.

Numerosas pessoas e instituições combinaram esforços para fazer as pazes. Entre elas estavam, num momento ou outro, o governo do Quénia, a Igreja Católica Romana e até Roland ‘Tiny’ Rowland, o já falecido magnate do mundo dos negócios e patrão da companhia *Lonrho*.¹³ Por fim, o Acordo Geral de Paz foi assinado a 4 de Outubro de 1992, após demoradas negociações sob a égide de uma comunidade de leigos católica-romana chamada de San Egidio.

Houve uma euforia generalizada quando a guerra acabou. Famílias puderam por fim ser reunidas, depois de terem vivido muitos anos com o receio de que um ou mais dos seus bem-amados tivessem falecido. Augusta Joaquim Marimira lembra-se de ‘uma grande festa’ na Beira, quando finalmente voltou a casa. Tais reuniões deram-se por todos os lados no país.

Como é que se trava conhecimento com o antigo inimigo? Bem, parece que os ex-combatentes foram muito realistas sobre isso. Eis como Cardeal (39 anos) descreve o primeiro encontro: ‘Bem, vamos ter com eles e dizemos: “Bom dia amigo, como está?” Eles respondem e, no fundo, é só isso.’ Armando Messitera Muharu dá uma resposta igualmente clara. ‘Bem, em primeiro lugar a gente dá-se conta de que a guerra acabou. E cabe a nós, soldados, mostrar que acabou mesmo. Foi precisamente isso o que fizemos na AMODEG.¹⁴ Agora nós, como velhos inimigos, estávamos a actuar em conjunto com a ONUMOZ.¹⁵ Isto é importante para as pessoas: ver para crer, certamente’. É, de facto, notável ver os antigos inimigos colaborarem, primeiro dentro das organizações criadas para defender os interesses de todos os ex-combatentes e mais tarde dentro da ProPaz - e falarem sobre isso com toda a naturalidade. Voltaremos a esta observação mais adiante, pois ela não sugere de modo nenhum que a colaboração tenha causado uma perda de memória generalizada.

A parte mais difícil, quando a guerra tinha finalmente acabado, era conseguir que as famílias se reunissem. Todos os entrevistados para este livro mencionam este problema como o mais desastroso logo depois da guerra. Um exemplo típico é o seguinte: Augusta Joaquim Marimira recorda que o seu pai não queria falar com ela porque ela tinha lutado “pelo outro lado”. O papel da sua filha no exército teria sido ligeiramente mais aceitável se ela pelo menos tivesse tido a sensatez de lutar pelo lado “correcto”. Judite Júlia dos Santos (34 anos), que passou 11 anos com a Renamo, entre 1983 e 1994, recorda um tio que se recusou terminantemente a reconhecer a sua existência.

¹³ A companhia *Lonrho* (London and Rhodesian Mining Company) teve a sua origem na mineração. Sob a chefia de Rowland, a companhia transformou-se num grupo comercial encarregado de distribuição, jornais, hotéis e outras linhas de negócios.

¹⁴ *Associação Moçambicana de Desmobilizados da Guerra*. AMODEG é uma organização criada com o objectivo de representar os interesses de antigos combatentes da guerra civil. Ver também o capítulo “Associações de antigos combatentes”.

¹⁵ *Operação das Nações Unidas em Moçambique*, para a manutenção da paz.

‘Era um chefe de posto em Angoche e, para ele, todos os da Renamo eram simplesmente bandidos. Por fim começámos a falar de novo, mas foi preciso muito poder de persuasão por outros membros da família, e muito tempo.’ Paulo Andrasson Vinte (45 anos), que é natural de Maringué mas vive agora num apartamento perto do centro da segunda cidade de Moçambique, Beira, dá uma outra razão pela qual a reintegração de famílias é difícil de conseguir. ‘Já que tínhamos estado separados das nossas famílias há tanto tempo, era natural forjarmos novos laços, o mais provavelmente com os colegas mais próximos. Na verdade, já não tínhamos famílias completas. Assim, as pessoas com que estávamos juntos todo o tempo tornaram-se a nossa nova família.’ Este ponto de vista do Paulo é essencial, visto que o propósito de muitas missões de paz da ONU tem sido baseado em grande parte na premissa de que os ex-combatentes precisam e querem voltar às suas regiões de origem. Afinal de contas, são os próprios ex-combatentes que decidem onde querem ficar, e pode bem ser que tenham motivos muito válidos para *não* quererem voltar para as suas terras de origem.

A maioria dos ex-combatentes foi desmobilizada em 1993 e 1994, quando Moçambique estava de facto a ser governado pela ONUMOZ. As histórias da desmobilização em si contam-se rapidamente. Por exemplo, Francisco Randinho (43 anos), que estava no lado da Frelimo, disse simplesmente: ‘Fui desmobilizado e recebi o meu subsídio para três meses e a minha pensão do governo porque tinha passado mais de dez anos no exército.’ Augusta Joaquim Marimira foi mandada para casa desde a área onde foi desmobilizada e recebeu o seu pacote da ONUMOZ para três meses. Era mais ou menos tudo. Mesmo assim, muitos ex-combatentes querem louvar publicamente os esforços da ONU como um trabalho excelente, e isto apesar de uma má atitude por parte da imprensa e, mesmo, alguns escândalos graves. Como diz Paulo Andrasson Vinte: ‘a ONUMOZ fez muitas coisas boas. Não só pagou os nossos subsídios de desmobilização, mas também prestou muita ajuda na reconstrução. Os seus projectos têm sido muito positivos e até se pode dizer que em certo sentido a ProPaz resultou do trabalho da ONUMOZ.’ No entanto, a ONUMOZ também merece crítica. Santos Samuel julga o seguimento insuficiente. ‘É verdade que muita gente aprendeu muitas coisas úteis, mas não havia um desenvolvimento. Dá-se dinheiro a um indivíduo, ele desperdiça-o, e depois? Nada. Ou dá-se formação a alguém, e depois não há oportunidades para se colocar em prática o que se aprendeu. Muitos ficaram de braços cruzados e disseram: Vou esperar.’ E muitos esperam ainda hoje, em condições que vão desde praticáveis até impróprias para viver.

O que também fazia falta era uma política verdadeiramente inovadora de reconciliação nacional e de promoção de paz. Como a ProPaz nota na sua própria publicação, o governo continuou a sua política de reintegração de ex-combatentes num novo exército, contando à sociedade em geral que ‘Não aconteceu nada no passado, mas, em todo o caso, devemos esquecê-lo’.¹⁶ Assim não se criam precisamente as condições para um exercício onde se admitem as acções passadas e onde se lida eficazmente com elas. Os políticos decidiram que tudo isso já pertencia à história – e os ex-combatentes foram

¹⁶ Associação Instituto de Promoção da Paz - ProPaz, *Ex-combatentes: experiências de reconciliação e paz nas comunidades* (Maputo: ProPaz, 2002)

Disponível em inglês: Veteran soldiers: experiences of reconciliation and peace in the community
www.propaz.org.mz

declarados “reintegrados” por decreto. Como diz o documento, ‘... os políticos decidiram que as lembranças violentas dos jovens soldados podiam ser obliteradas em nome da reconciliação nacional ...’. Por consequência, as frustrações acumularam-se entre os ex-combatentes. Alguns procuraram refúgio nas drogas e no álcool, a violência doméstica tornou-se um problema, e alguns recorreram ao uso das armas que tinham escondido na mata “só para o caso de ...” E as elites políticas, agora reunidas nos corredores do poder na capital, continuaram a viver no luxo e no desmentido.

3.2 A vida depois da guerra

Como foi, entretanto, a vida para os ex-combatentes depois da guerra? Eles estavam mais do que dispostos a contar a sua história. Lídia Manguze Huó é agora mãe de três filhos (de 10, 5 e 3 anos) e vive em Maputo. Possui uma máquina de costura que, lamentavelmente, está avariada. Normalmente, a máquina podia trazer-lhe algum rendimento, mas neste momento as coisas não lhe correm nada bem. Judite Júlia dos Santos mora em Namitil e tem três filhos, que vão todos à escola pelo preço de 350.000 meticais (€12). Ela vive da produção agrícola do seu terreno, que é insuficiente, mesmo nos bons anos de chuva. Ana Bela Ângelo, que assistiu como observadora a uma reunião da AMODEG em Nampula mas não pertence à ProPaz, descreveu a sua vida depois da guerra como ‘aborrecida e caótica’. Não há projectos, precisamos estudar e aprender a ler e escrever, e quando começamos a procurar parceiros (masculinos) que nos queiram ajudar, não os há!’ Esta última queixa foi repetida por um número bastante grande de mulheres, incluindo Alice Elias Zaque Cuinica (42 anos), antiga colaboradora política da Frelimo que conheceu o marido no exército.

Se bem que muitos dos ex-combatentes voltaram a viver no campo, a migração para as cidades tem sido considerável. João Cebola Amisse cresceu em Nampula. ‘Antes da guerra, Nampula era uma cidade minúscula. Quem era africano não podia participar na vida de cidade, portanto isso também mantinha a cidade pequena. Mas o que realmente mudou a cidade foi a guerra de 16 anos.’ Durante a entrevista, estávamos sentados na açoteia de um hotel local quando ele apontou para o sul. ‘Está a ver aquele bairro além? Aquilo era matagal. E aqui é assim por todo o lado.’ Embora o centro ainda não tenha perdido o aspecto de uma insignificante povoação colonial, Nampula conta com cerca de 350.000 habitantes.

Nas regiões rurais, viver é trabalhar no campo. Como muitos outros, Jordão Mbualambuanda possui uma propriedade agrícola. ‘Tenho uma família, uma casa e uma *machamba* (campo de cultivo), de modo que geralmente tenho meios suficientes. Este ano é mau porque não choveu, e o alimento vindo de fora está caríssimo. Agora, temos aqui um programa de ‘comida por trabalho’ gerido pelo governo, o que é bom porque é gerido de tal modo que não surgem conflitos. Confio que voltaremos a ter bastante no próximo ano, quando a chuva voltar. Mas agora a situação está difícil: o que vai acontecer com a minha família, meus outros parentes e meus gémeos recém-nascidos, de três meses?’

Um exemplo bastante típico é Namitil, a um pouco mais de uma hora de carro de Nampula. A vila tem uma avenida central que atravessa o centro, e que, com certeza, já viveu melhores dias. Há montes de areia no meio da estrada, fazendo pensar em obras

de reparo, em curso ou a empreender. Namitil está situada numa grande região de algodão e de castanha de caju. Mas a única inovação trazida recentemente a esta área foi uma instalação de processamento de caju. É de facto uma renovação, pois já existia uma que remontava ao tempo colonial. Visto que as instituições financeiras internacionais decidiram que embalar castanhas de caju (e assim acrescentar uma mais-valia ao produto) é um trabalho que pode ser feito melhor na Índia, Moçambique exporta castanhas de caju não embaladas através do Oceano Índico, se bem que o pudesse fazer facilmente ele próprio. Parte da culpa cabe à má infra-estrutura: a qualidade da estrada para Namitil desde Nampula vai de excelente a péssima. Mas mesmo com estradas excelentes o investimento não viaja para comunidades rurais locais, nem que produzam algodão de primeira qualidade. Por isso, os meios para tirar um bom rendimento da terra são realmente muito limitados. É um problema que afecta todos, os ex-militares e aqueles que sempre foram civis.

Muitos dos ex-combatentes ou foram tirados da escola quando os seus nomes apareceram nas convocações para o serviço militar, ou foram sequestrados por tropas da Renamo. O resultado é uma educação interrompida que, na opinião de alguns, é uma grave desvantagem. Esta opinião reflecte-se na ansiedade com que mandam os próprios filhos para a escola. O facto de um rapaz ou rapariga não poder assistir às aulas por falta de dinheiro, é considerado uma grande derrota por muitos dos ex-combatentes entrevistados.

Aptidões úteis do exército

Quais as aptidões aprendidas no exército que ainda agora são úteis? Mesmo os próprios ex-combatentes discordam sobre a medida em que o conhecimento, as aptidões e a experiência que adquiriram no exército são utilizáveis na vida civil. Mas todos eles concordam que a sociedade ignora as suas experiências, usando-as insuficientemente. Um exemplo muito importante a este respeito, especialmente no caso de Moçambique, é o das minas terrestres. Muitos ex-combatentes têm informações e capacidades úteis relativas à colocação e eliminação de minas.¹⁷

Paciência Manjate acrescenta outros aspectos. ‘O treino no exército tinha vários aspectos que considero úteis: ensinaram-nos habilidades técnicas e logísticas, assim como aptidões políticas e psicológicas que provaram ser muito úteis.’ Da mesma forma, Augusta Joaquim Marimira pensa que as habilidades logísticas que adquiriu durante a sua estadia no campo, e também o seu trabalho nas áreas de comunicação e serviços secretos, ainda poderão ser úteis fora do exército. Judite Júlia dos Santos e o seu colega Acácio Gavela, promotores de paz da ProPaz em Namitil, trabalharam ambos no serviço de saúde dos seus respectivos exércitos. Estão convencidos de que as habilidades que lá adquiriram podem ser usadas com êxito na vida civil. Lucas Paulinho Amanda vê vantagens no modo como aprendeu a ser muito prático, quase como o pessoal médico que reage num caso de emergência. ‘Aprende-se a não se preocupar demais com as próprias emoções, e a não se perder em questões intermináveis como qual foi a principal causa duma situação. Aprende-se a achar soluções para problemas práticos.’

¹⁷ Ver o anexo.

Porém, há mais: Francisco Randinho menciona a palavra *convivência*, a capacidade de comunicar e trabalhar com outros. Esta é a lição que a vida militar lhe ensinou. Tapera Filipe Masube (46 anos) que fez uma longa carreira no exército governamental incluindo as Forças Especiais, pensa que a habilidade que adquiriu de falar para grandes grupos, sem medo do palco, o ajuda agora, sobretudo no trabalho que está a fazer com a ProPaz nas comunidades. 'Isso dá um certo grau de autoridade. Todos aqueles que foram comissários políticos têm esta habilidade. Agora podemos usá-la dum modo não militar, sem armas.' Alice Elias Zaque Cuinica concorda: 'Penso que ainda poderei usar as habilidades que aprendi durante o meu treino político. Explicar é uma coisa que sei fazer muito bem.'

Desemprego e estigmatização

Logística, contabilidade, mecânica de automóveis, alvenaria, cuidados de saúde e conhecimentos sobre a colocação, desativação e eliminação de minas: os entrevistados mencionaram tudo isso como sendo transferível para a vida civil. Mas nem todas e quaisquer habilidades adquiridas se podem transferir. Por exemplo, um passado como secretário de batalhão não representa, realmente, uma vantagem mais tarde, e uma vida na infantaria não abre boas perspectivas de carreira numa vida fora do exército. Mas o problema é que até os ex-combatentes com habilidades transferíveis não encontram emprego assalariado, e o emprego assalariado é o que as pessoas procuram. É uma distinção muito moçambicana. *Emprego* significa trabalhar por um ordenado, numa ocupação regular. Distingue-se do *trabalho*, que se pode realizar em terra própria ou como escravo auto-empregado sem salário, mas que não confere a respeitabilidade que se deriva do *emprego*. A economia é mencionada como a razão principal por que os ex-combatentes não obtiveram emprego, mas eles têm a impressão de que aqui também opera uma certa discriminação, subtil e não tão subtil.

O desemprego é o maior problema social e económico fora do extremo sul de Moçambique. Mas os ex-combatentes talvez tenham de enfrentar problemas adicionais que aumentem ainda mais as suas dificuldades em ganhar a vida. Um dos problemas é que muitos ex-combatentes se comportaram de modo agressivo por ocasião da desmobilização; um segundo problema é a relutância, da parte das comunidades onde vivem, em aceitá-los.

Como diz João Cebola Amisse: 'Muitos ex-combatentes eram muito agressivos depois da desmobilização. Lutavam contra a polícia e eram indisciplinados. Mas agora que há leis e normas que foram criadas para resolver este problema, isso quase pertence ao passado. Já não se vêem muitos ex-combatentes comportando-se de modo criminal ou violento. Só foi preciso restaurar o seu respeito pela lei e sensibilizá-los de novo para as regras. Afinal, é a isso que estão habituados.'

Jordão Mbualambuanda, que mora em Maringué mas é de Marromeu, situado em outro distrito, sabe que nem sempre é fácil ir morar numa comunidade que não é a sua. Os ex-combatentes têm sofrido abusos verbais, tal como: não queremos que fique aqui, não pode possuir terra aqui, volte para casa ... 'Às vezes há muita desconfiança e hostilidade.' Há remédio para isto? Os promotores de paz da ProPaz dizem que sim: diga simplesmente a verdade, conte às pessoas quem é.

Questões de invalidez e saúde

Lídia Manguzeze Huó pensa que há muita ignorância e negligência quando se trata de vítimas militares de minas, tal como ela própria. ‘Muitas pessoas não recebem ajuda, e muitas nem sequer sabem que há uma solução para elas.’ Para piorar mais ainda a situação dela, agora há problemas na oficina de próteses que antigamente era dirigida pela Cruz Vermelha. É franca ao avaliar a gestão desde que o governo tomou conta da oficina: ‘Desde que o Ministério se encarregou da oficina tem havido problemas. Está muito mal organizada e quando chegamos para reparações ou substituições, a maioria das vezes não há material.’ Membros artificiais precisam de manutenção e, às vezes, de substituição; senão, podem causar danos sérios às pessoas que os usam.

Em termos mais gerais, a saúde é motivo de preocupação para muitos ex-combatentes - assim como, de facto, para a maioria dos Moçambicanos. Amina Maquina (39 anos) lutou, involuntariamente, ao lado do governo entre 1988 e 1992, e perdeu a mão. É casada e mora com a família em Namialo, na província de Nampula, a um pouco mais de uma hora de carro da capital provincial. Pinta um retrato sombrio da assistência médica na sua cidade. ‘Resumindo: se tiver dinheiro dão assistência. Se não tiver, pouca sorte! As crianças aqui estão muitas vezes doentes. Sofrem de malária, diarreia, etc. Quem está muito doente terá que achar uma maneira de ir a Nampula. Se tiver a sorte de conseguir transporte, terá que pagar duas vezes: primeiro para ir a Nampula e depois para consultar um médico.

Reconciliar-se com o passado¹⁸

Muitos ex-combatentes precisam de tempo para se reconciliarem com o que lhes aconteceu, num ambiente político que, no fundo, nega que aconteceu qualquer coisa e numa comunidade frequentemente pouco acolhedora.¹⁹

Aliás, há vários graus de sucesso, mesmo que as pessoas não o vejam assim. Cardeal, como muitos outros, possui um terreno onde cultiva legumes, mandioca e outros produtos, para o consumo próprio e para a venda. Considera-se um homem que ‘se fez por si mesmo’, e o que ele tem constitui *trabalho*. Já se disse, mas vale a pena repetir, que este tipo de actividade não iguala o emprego na escala de aceitação social, mesmo que o *trabalho* seja muito mais duro – e por vezes muito mais lucrativo – do que o *emprego*. Mas assim é que pensam as pessoas daqui.

3.3 Associações de ex-combatentes

Do acordo de paz de 1992 surgiram duas organizações criadas especificamente para defender o interesse dos lutadores desmobilizados. Eram a AMODEG, uma organização que representa os interesses de todos os ex-combatentes da guerra de 1976-1992, e a ADEMIMO (Associação dos Deficientes Militares e Paramilitares de Moçambique), para os que foram feridos ou ficaram deficientes durante a luta. A associação estava aberta às duas partes do conflito: a Frelimo e a Renamo. No decorrer do tempo, elas

¹⁸ O termo “trauma” apresenta conotações problemáticas, que ficam fora do âmbito da presente publicação. A principal dificuldade é que o termo em si é estigmatizante, o que deveria ser um obstáculo ao uso generoso que se costuma fazer dele.

¹⁹ Ver o anexo.

desenvolveram conjuntamente um Programa de Promoção de Paz e Desenvolvimento, o precursor da ProPaz.

Um dos grandes pontos de discussão foi o pagamento de pensões. Em princípio, existem dois critérios diferentes para o requerimento de pensões. O primeiro aplica-se somente aos soldados da Frelimo: trata-se da pensão paga àqueles que passaram dez anos ou mais no exército. O segundo critério aplica-se aos ex-combatentes, tanto da Renamo como da Frelimo, que foram feridos durante a guerra. Trata-se do equivalente a uma pensão de invalidez. Porém, o pagamento destas pensões demora muito tempo e em demasiados casos nunca se realizou. O problema talvez se deva em parte à gestão dos assuntos dos *desmobilizados da guerra* por dois ministérios, o das Finanças e Planeamento e o da Defesa Nacional, o primeiro dos quais está encarregado dos pagamentos. Os ex-combatentes criticavam severamente o modo como o pagamento das suas pensões tinha sido efectuado até ao momento. Quanto às causas, só estavam dispostos a dizer que, na sua opinião, a gestão do assunto pelo Ministério de Defesa Nacional tinha sido péssima. Mas é muito provável que as causas sejam políticas, como tantas vezes acontece.

Curiosamente, a Renamo considera a questão dos soldados desmobilizados da guerra de 1976 a 1992 como um assunto político; a Frelimo considera-a em primeiro lugar como um assunto administrativo. O comentário dos delegados de Nampula dos dois partidos diz tudo. Glória Salvador, um dos vice-presidentes da delegação provincial da Renamo em Nampula, explica que o seu partido tem alguns projectos para ex-combatentes em vários lugares, mas que não há muito dinheiro para os projectos. Queixa-se de que a Renamo é excluída de todos os projectos importantes, já que estes são geridos pelo governo. Gostaria de saber porquê, e vê a grave situação dos ex-combatentes como um grande problema. Pelo contrário, Lourenço Sabonete, o secretário de mobilização da Frelimo, remete simplesmente para os dois ministérios encarregados do pagamento dos desmobilizados de guerra. 'A Frelimo e a Renamo não diferem de opinião sobre o apoio a dar a estes ex-combatentes. Além disso, agora todos nós já somos moçambicanos; somos todos cidadãos do mesmo país. Portanto, isso não devia ser um problema.'

A AMODEG toma a liberdade de discordar. O assunto das pensões continua bloqueado no Ministério da Defesa Nacional, e a razão é que o governo, contrariamente ao que o partido governamental nos quer fazer crer, faz de facto uma distinção entre soldados da Renamo e os da Frelimo. Como expõe Fernando Nicuaulu, o secretário provincial da AMODEG em Nampula: 'No fundo, o governo não gosta de ver a Frelimo e a Renamo a colaborar numa só organização. No sistema administrativo há muitas pessoas que consideram tal colaboração uma "traição". Até agora, os problemas dos ex-combatentes não desapareceram. Ainda encaram os problemas em termos de reintegração. Estão desempregados, o dinheiro continua a faltar e os projectos dirigidos para eles foram postos no papel mas nunca foram realizados.' Infelizmente, nenhuma das duas organizações em questão tem o peso político ou os fundos necessários para pressionar o governo em relação a estas questões, o que provavelmente vem a calhar bem para o Governo. Para ser honesto, a AMODEG não pensa realmente que de qualquer forma inspira confiança às pessoas da Renamo. Em resumo, trata-se de mais um caso, decerto não exclusivamente moçambicano, de políticos que desconfiam dos militares. Ana Bela Ângelo ri com vontade quando lhe perguntamos se pensa que os políticos têm medo dos

ex-combatentes que se estão a organizar. ‘Medo? Não, parece-me que não. Mas não confiam em nós ...’

Acção governamental a favor de antigos combatentes

Existe um *Ministério para os Assuntos dos Antigos Combatentes*, que cuida das pessoas que lutaram na guerra de independência contra os portugueses. O ministério paga a estes veteranos as pensões a que têm direito para o resto da sua vida. Quando morrem, o ministério encarrega-se das suas famílias. O objectivo do ministério é reintegrar na sociedade, economicamente, socialmente e culturalmente, os antigos combatentes da guerra de independência. Alberto Caisse, vice-director da *Direcção Provincial para os Assuntos de Antigos Combatentes*, está convencido que este objectivo já foi alcançado duma maneira geral. ‘Penso, sim, que o governo está a alcançar os seus objectivos. Está sempre disposto a ajudar de todas as formas os antigos combatentes. Afinal de contas, são eles que libertaram o nosso país! Mas, acabado o tempo em que ajudaram a expulsar os estrangeiros, já não tinham meios de subsistência. Por isso, este ministério foi criado especialmente para eles. Mas também os encorajamos a criar as suas próprias associações, montar pequenas empresas, abrir lojas e ganhar o seu próprio dinheiro.’ À pergunta se o ministério tinha quaisquer planos para admitir no seu seio veteranos da outra guerra, respondeu brevemente: ‘Não. Não há planos para tal. Tentam-no o tempo todo, querem ingressar nos nossos sistemas de pensão, apesar de não serem antigos combatentes. Mas sempre dizemos não.’

Relativamente ao período depois de 1992, o Acordo Geral de Paz previa o estabelecimento de um programa nacional de reintegração, tendo como principais objectivos a ausência de agitação civil e a participação plena de antigos soldados em actividades comunitárias. No âmbito do programa moçambicano de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), grandes quantidades de armas pequenas foram tiradas de circulação e cerca de 30.000 ex-combatentes receberam treino prático de capacidades. O sucesso do programa pode ser atribuído a uma grande variedade de factores, que vão muito além do alcance e do objectivo deste livro. Mas os mais importantes entre eles são o facto de todos os moçambicanos estarem cansados da guerra, e o apoio regional aos esforços de desarmamento proveniente sobretudo da África do Sul.

É óbvio que o programa DDR não é um sucesso tão estrondoso quanto alguns disseram, pois os esconderijos de armas continuam a serem descobertos até agora e os programas de treino de capacidades foram muitas vezes ineficazes. Na opinião da ProPaz, o programa DDR falhou por uma razão muito prática: os programas e cursos não tinham nada que ver com a realidade na qual os ex-combatentes se encontravam. Por exemplo, alguns receberam a formação de electricista numa região sem corrente eléctrica, de pescador marítimo numa aldeia longe do mar ou de lojista numa região onde não havia nada a vender. Aliás, o programa DDR baseou-se na premissa errada de que os ex-combatentes voltariam à guerra se não se fizesse nada.

Em retrospectiva, vê-se facilmente que uma série de programas de reintegração concebida sobretudo por burocratas que tinham a sua base em centros urbanos, e por uma comunidade internacional de doadores igualmente muito distante da vida real da maioria das pessoas, tem forçosamente de falhar se não se tiverem em conta as ideias, opiniões e ambições do grupo-alvo de beneficiários. É claro que os programas não

abordaram de modo nenhum os problemas com que os ex-combatentes se viram confrontados depois da sua desmobilização. É um erro que os ex-combatentes não querem ver repetido, agora que se estão a organizar em círculos de promoção de paz a três níveis: local, nacional e regional. Gato escaldado de água fria tem medo.

3.4 Como funciona a ProPaz

Como tudo começou

A ProPaz (*Programa para a Promoção de Paz*) surgiu como resposta ao facto de que não só a reintegração como também a construção de paz em Moçambique estava a perder o seu ímpeto. Os programas de reintegração já existentes, geralmente concebidos por estrangeiros, falhavam; os ex-combatentes ficavam isolados e frustrados e os conflitos continuavam a surgir nas suas comunidades. Como notado antes, a reintegração corria bem segundo a retórica mas quase não avançava na prática.

A ProPaz foi criada em 1996 por membros da AMODEG e ADEMIMO, para se dedicar a estes assuntos. Como expõe a sua própria documentação: ‘... reconstruir a paz é claramente um assunto urgente. Não uma paz formal, com limitações, mas uma paz criadora e construtiva ... baseada no reconhecimento da história e da dinâmica dum conflito armado.’ É uma visão totalmente oposta à amnésia proclamada a que acima se referiu. A ProPaz pensa que os ex-combatentes ocupam uma posição única para ajudar a despertar esta nova consciência. Pensa que assim podem ajudar a consolidar as iniciativas de paz já existentes e usá-las como uma base sobre a qual se pode construir, conseguindo a verdadeira integração dos ex-combatentes.

Para este efeito tomaram-se novas iniciativas para construir a paz junto com ex-combatentes.

Desde o início, a ProPaz tem mantido três linhas de trabalho principais: apoiar o desenvolvimento local, estimular a participação activa das mulheres (como era o caso durante as guerras) e pôr em foco a resolução de conflitos locais. No que se refere à organização, há um Conselho de Administração e uma Direcção Executiva sob um Director Executivo ajudado por quatro funcionários, localizados na sede em Maputo. A nível da província existem coordenadores que chefiam as cinco equipas constituídas pelos treinadores provinciais. Por fim há os promotores distritais que trabalham nas comunidades. Recebem treino permanente dos treinadores provinciais, o que torna possível o trabalho dos promotores de paz. Todos eles são ex-combatentes. Em 1998, a ProPaz começou a reunir membros proeminentes das comunidades para constituir os *Grupos Comunitários de Resolução de Conflitos* (um fórum de pessoas profissionalmente envolvidas com conflitos em comunidades). Os grupos incluem *régulos* (chefes tradicionais), representantes de partidos políticos, curadores tradicionais, anciões das comunidades, chefes religiosos e membros da equipa de promotores de paz. A ideia é que o conceito de promoção de paz seja gradualmente transmitido para a comunidade e assimilado por ela. Os critérios de selecção que a ProPaz usa no recrutamento de colaboradores são, entre outros: o interesse pela promoção de paz, boas qualidades de chefia na comunidade e aptidões comunicativas.

Um dos problemas com que a ProPaz se depara é, naturalmente, o modo como lidar com novos membros que têm um passado de violência, sobretudo violência contra

cidadãos. Como tratam com isso? João Cebola Amisse é muito franco na sua resposta: ‘Ouça, a integração de pessoas num grupo de promotores de paz é um trabalho sério e honesto. Portanto, quando estamos em frente de pessoas com um passado violento, falamos! Há um diálogo. A pessoa fez algo como indivíduo, portanto vai ter este diálogo como indivíduo. Isto não tem nada que ver com a política nem com outra coisa. A política vem a seu tempo. É preciso tratar das questões de violência, num confronto pessoal.’ É uma atitude acrítica, talvez difícil de entender para muitos não-moçambicanos. Mas no próprio modo de pensar do país, o uso prático de uma abordagem que é, no fundo, uma forma de justiça restaurativa faz o que é preciso: reconciliar, juntar pessoas anteriormente separadas, curar indivíduos e a sociedade.

Não que a ProPaz não tenha tido a sua quota-parte de desgostos. Houve, naturalmente, promotores que tinham problemas de disciplina e tiveram de ser despedidos. Outros não se davam bem com os grupos e equipas, e decidiram partir. Persistem outros problemas, a discutir adiante. Mas é seguro dizer que onde a ProPaz tem estado presente, sobretudo durante períodos mais longos, o seu impacto foi considerável.

No campo

O modo como os grupos de promotores de paz se juntaram pela primeira vez segue a lógica moçambicana: dois lados que se encontram depois da guerra, actividades da AMODEG e ADEMIMO, pessoas que travam conhecimento a um nível pessoal com uma facilidade notável. A ProPaz insiste em atingir um equilíbrio de 50/50, ou muito aproximado, entre antigos soldados da Renamo e da Frelimo. O modo como os membros individuais do grupo se integraram depois, até formarem uma unidade, é uma história bastante conhecida: workshops, conversas e trocas de experiências. Uma vez estabelecida a unidade, a orientação passa para fora, para as comunidades. ‘Foi tudo bastante fácil,’ disse Judite Júlia dos Santos, ‘Afim, todos nós estávamos bastante fartos da guerra, e o facto de que nos reuníamos para a ProPaz também facilitou as coisas.’ João Cebola Amisse concorda em parte. ‘Bem, no início as coisas nem sempre foram muito fáceis. De facto tínhamos que aprender muito, mas também éramos motivados pelo desejo de comunicar para conseguir a paz. Também recebemos visitantes do estrangeiro, por exemplo ex-combatentes de Nicarágua, que nos contavam como tinham procedido nos seus países. E, com certeza, o facto de que muitos de nós já tinham desempenhado actividades na AMODEG e ADEMIMO também ajudou muito.’

Para se introduzir nas comunidades é preciso apresentar o grupo às autoridades locais. As estruturas são estritamente hierárquicas, e não se consegue praticamente nada sem a autorização do *administrador* nas comunidades locais, ou do *governador* quando se trabalha a nível provincial. Lídia Manguze Huó explica o processo. ‘Nos distritos, pede-se um encontro com o administrador. Em seguida, convidam-no para uma audiência, onde poderá explicar directamente para o que veio.’ A maioria das audiências são encontros muito corteses. O grau de aceitação local do que a ProPaz representa e planeia fazer é elevado. Depois de ser nomeado um novo administrador, o que acontece com frequência, os promotores de paz da ProPaz marcam um encontro para uma audiência e aproveitam a oportunidade para se apresentarem.²⁰ Apresentam-se

²⁰ Durante as três semanas desta visita de campo, um administrador tinha acabado de ser substituído, um outro estava a partir e um terceiro tinha a sua festa de despedida.

eloquentemente. Falar em público é uma das aptidões que muitos promotores trouxeram consigo do exército. Este tipo de discursos costuma cimentar rapidamente as relações com as autoridades locais, já que elas utilizam os mesmos meios retóricos.

Não se trata só das autarquias locais. Todos os grupos da ProPaz também mencionaram outros líderes importantes, sem os quais teria sido muito difícil trabalhar no seu distrito ou cidade, incluindo os chefes tradicionais e muitas vezes também os chefes religiosos.

O que se segue à introdução oficial é um evento conhecido como *palestra*, basicamente uma apresentação longa na comunidade. João Mbualambuanda tem feito muitas destas palestras, que podem consistir numa peça de teatro, um ou dois poemas ou sessões de pergunta-resposta. ‘Sempre tomamos tempo para isso. As comunidades locais devem ter tempo para responder a tudo o que lhes dizemos. E respondem mesmo. Como diz Lídia Manguze Huó: ‘Em geral, as pessoas aparecem com algo como: “Há soldados desmobilizados na nossa aldeia. Não podemos viver com ex-soldados porque ...” e então dizem, por exemplo: porque ele apoiou a Renamo ou a Frelimo, ou alegam mil outras razões.’ Segundo se descobriu, uma ótima resposta a tais queixas é organizar uma simples apresentação da equipa da ProPaz, sempre composta, de maneira judiciosa, por representantes de ambos os antigos adversários. Com recorda o Jordão, as reacções positivas são mais numerosas do que as negativas: ‘Uma vez que as pessoas sabem porque estamos cá, e o que planeamos fazer, acolhem-nos com prazer e apoiam as nossas ideias sobre liberdade, a nossa posição firme contra a discriminação e o nosso apoio à educação e à igualdade entre homens e mulheres.’ Esta abordagem foi repetida em toda a parte, de Maringué até Matutuíne, geralmente depois de conversas longas: a melhor arma é a verdade, não só quando um indivíduo procura aceitação numa comunidade mas também quando introduzimos a ProPaz e o seu trabalho. Num ambiente onde a opacidade política é a norma, expor o próprio caso do modo mais claro possível é, muito provavelmente, a melhor maneira de ganhar a confiança das comunidades onde se quer trabalhar.

Tipos de conflitos

Terra

A fonte de conflitos número um nas comunidades de Moçambique é a terra. Como em muitas outras partes da África (Austral), falta um sistema de registo fidedigno de que conste quem possui o quê. No melhor dos casos, o título de propriedade é determinado por acordo mútuo entre as partes; às vezes o título é determinado por lutas. Isto apesar do facto de que Moçambique tem uma *Lei da Terra*, que é uma tentativa honesta e inteligente para combinar os tradicionais sistemas africanos de propriedade com o sistema moderno baseado em títulos de propriedade, necessário para fazer crescer uma economia. O que constitui um problema perturbador é, evidentemente, a efectuação da lei na prática e a falta de meios para aplicá-la devidamente. Assim, muitas mortes depois da guerra devem-se a lutas sobre a posse de terra. Em todas as comunidades que visitámos, os grupos da ProPaz que visitámos têm-se esforçado por reconciliar pessoas que lutavam pela posse de terra. O grupo da ProPaz em Nametil explicou como procedem, dando alguns pormenores.

‘Vamos para o terreno contestado e tentamos melhorar a compreensão entre as duas pessoas que reivindicam a propriedade. Em geral, utilizamos mediação por um terceiro,

que pode ser um bom amigo ou um parente com quem se dão bem. Portanto, para ter êxito é preciso saber com quem os contestantes têm boas relações. Se não sucedermos logo no princípio, teremos que tentar e retentar. E mais uma vez, se necessário com outros amigos. Sempre procuramos outras maneiras de resolver em paz o conflito, nunca parando de falar. Leva muito tempo.’

A ProPaz documenta um caso semelhante, também na província de Nampula, onde duas famílias disputaram uma propriedade agrícola que, segundo uma parte no conflito, foi adquirida indevidamente. A sugestão de chamar a ajuda da ProPaz veio de um membro de uma das duas famílias. Os promotores de paz locais falaram primeiro com cada família à parte, elaborando depois uma solução, que após muita discussão foi aceite como sendo a solução mais equitativa.

Problemas pessoais e domésticos

Em casa, o abuso conjugal, a infidelidade e o abuso de álcool são problemas bastante comuns que por vezes levam ao divórcio. Os promotores de paz da ProPaz servem frequentemente de mediadores entre cônjuges em conflito e/ou as suas famílias (que muitas vezes têm interesse em fomentar ou fazer perdurar o conflito doméstico). O comportamento de crianças também é muitas vezes causa de conflitos. Mais uma vez, mediar implica repetidas sessões de conversa até que a questão esteja resolvida.

Como se disse antes, as famílias divididas são uma das heranças mais nefastas desta guerra. Neste e noutros casos, os promotores de paz procedem duma maneira que, no fundo, difere pouco da maneira como formaram o seus próprios grupos, passando a limpo o seu próprio passado e achando modos de colaborar com o antigo “irmão-inimigo” na promoção de paz. As suas próprias experiências constituem a lição mais eloquente de como resolver os conflitos pacificamente.

Problemas de trabalho

Ponta de Ouro é uma estância de férias perto da vila de Matutuíne, no sul de Moçambique. A maioria dos que lá trabalham é de Matutuíne e de localidades tais como Zitundo e a própria Ponta de Ouro. A disputa não diz respeito à presença de estâncias de férias: são fontes de emprego bem acolhidas. O problema é a usurpação dos direitos dos trabalhadores. Ponta d’Ouro é dirigida por proprietários estrangeiros (não identificados) que, obviamente, têm pouca consideração pelas leis de trabalho vigentes em Moçambique. Têm sido deliberadamente vagos sobre os termos e a duração dos contratos de trabalho. Despediram-se trabalhadores sem indemnização. Em determinado momento, os trabalhadores organizaram uma greve contra esta prática absolutamente ilegal, pedindo à ProPaz para intervir. Os promotores de paz conseguiram falar não só com os trabalhadores mas também com a gerência, persuadindo-os a negociar. Embora pareça que esta situação laboral basicamente ilegal ainda persiste, pelo menos alguns dos que foram despedidos receberam o seu salário, e este conflito de trabalho foi resolvido pacificamente.

Conflitos deste tipo surgem por todo o país, envolvendo patrões que ainda terão que se adaptar às relações de trabalho do século 21. A este respeito, o trabalho da ProPaz assemelha-se bastante às actividades de um sindicato. Porém, os sindicatos em Moçambique são muito fracos (o que é a herança dum estado socialista unipartidário) e

os direitos dos trabalhadores vêm muitas vezes em último lugar. A nível nacional, a ProPaz lidera uma iniciativa de organizações que têm que ver com a construção de paz, conhecidas como a REDEPAZ (*Rede de Edificação de Paz em Moçambique*), à qual pertence o sindicato nacional.

Lidar com comportamento anti-social

Em Moamba há um bairro com má fama devido ao mau comportamento de jovens. Fuma-se muita marijuana junto com a bebida ilegal com uma percentagem extremamente alta de álcool, conhecida em Moamba como *tontonto*. Esta mistela é conhecida sob vários nomes, por exemplo *cabeça de velho* na província de Manica, no centro de Moçambique.

Esta parte específica de Moamba é conhecida por altos níveis de criminalidade, por roubos e assaltos. Todos os partidos concordavam que havia que fazer algo, porque mesmo a polícia não queria entrar nesta área. Uma das coisas tentadas pela ProPaz foi ver se era possível envolver os pais, mas sem os contrariar, visto que se podia concluir facilmente que os pais eram os culpados do facto pelo facto dos jovens estarem fora de controlo). É evidente que eram, mas dizer isto em público não resolveria nada em Moamba. O progresso é lento, mas o essencial é que se alcançarão melhores resultados evitando politizar a questão e colaborando para achar soluções práticas; ou, caso se opte pela politização do assunto, assegurando-se de que os chefes dos partidos influentes na região se reúnem para abordar o assunto. De facto, esta abordagem está agora a ser experimentada pela primeira vez em Moamba. A ProPaz admitiu recentemente os chefes dos partidos políticos da Frelimo e Renamo como participantes num grupo de promotores de paz.

As questões da juventude são uma preocupação constante para membros da ProPaz a todos os níveis. A directora da ProPaz, Jacinta Jorge, gostaria de saber porque tantos jovens acham o uso de violência a coisa mais normal do mundo. 'Ensinaram-nos o as virtudes da moderação, também no exército. Esta atitude entre os nossos jovens assombra-me, sobretudo vista à luz da história que temos.' Santos Samuel argumenta da mesma forma. 'Temos que fazer algo em relação aos nossos jovens. São problemas muito grandes: as drogas, o desemprego e a rápida aceitação de violência. Mas conheço muitos que se esforçam por montar pequenas empresas, associações etc. No entanto, é verdade que temos um problema fundamental com alguns deles.

Ameaça de violência política

João Cebola Amisse recorda uma história do distrito de Angoche, onde existia uma ameaça muito real de que os ressentimentos causados pela guerra aumentassem até ao ponto de ebulição e se transformassem em violência aberta e armada. 'Organizámos uma equipa composta de membros de ambos os partidos. Conversámos. E, no caso daquela comunidade, fomos capazes de recuperar a situação violenta. O que lá existe agora é o primado do direito, a ideia de que todo o mundo tem direitos civis e públicos, a opinião geral de que é errado recorrer à violência.' Neste caso, a Renamo tinha recusado trabalhar com a polícia, porque achava que a polícia devia ter provido a região com agentes para aplicar a lei. Esta é a lógica que também criou os problemas de Inhaminga e Mocímboa da Praia, a referir adiante: um partido político crê ter o direito de dominar todas as instituições, porque tem muitos partidários na região, mas o outro

partido político contesta a ideia.²¹ Esta politização de instituições, que na realidade deveriam estar por cima da política, é uma grande fonte de conflitos. Isto acontece em pequena escala em Moçambique mas em muito maior escala em outros países, tal como Zimbabwe.

Outros casos em que a ProPaz documentou intervenções por um dos seus grupos locais são casos de roubo, corrupção entre ex-combatentes inválidos num hospital local, acusações falsas (uma maneira muito eficaz de marginalizar pessoas em algumas comunidades) e outros conflitos sociais. O que todas estas acções parecem ter em comum é o aspecto educativo: todos os promotores de paz entrevistados para este relatório disseram que estavam lá para ensinar pessoas a resolver conflitos pacificamente, a se comportar socialmente, e assim por diante.

A circulação ilegal de armas portáteis e armamento ligeiro

Existem esconderijos de armas em várias comunidades em todo o país. Foram abandonados na época dos acordos de paz, e são muitas vezes protegidos por minas terrestres. São conservados como uma espécie de provisão de emergência no caso de um novo agravamento da situação política. Agora que a guerra se tornou uma possibilidade muito remota, estes esconderijos costumam ser esquecidos. Mas alguns ex-combatentes talvez ainda saibam deles, e os que se lembram enfrentam um dilema: se informarem a polícia - o que, segundo a lei, é o curso de acção mais óbvio - serão acusados imediatamente de que têm algo que ver com os esconderijos. Tal posição é pouco invejável, sobretudo num ambiente onde a polícia não é necessariamente sempre um amigo. Uma consequência não intencionada é que as armas escondidas são às vezes descobertas por criminais. Estes passam a usá-las nas ruas de Maputo e Beira e em outras partes, ameaçando pessoas e propriedades. Isto aconteceu em Moamba e Matutuíne. Ambas as povoações ficam perto da África do Sul, que é um mercado muito lucrativo, inclusive para bens roubados. Os criminais armados percorriam estes distritos à noite e roubavam centenas de cabeças de gado, para mais tarde venderem a carne nas grandes cidades: em Maputo ou até em Joanesburgo, a algumas horas de carro.

No primeiro distrito, a ProPaz iniciou uma campanha de sensibilização, recolha e destruição de armas depois de a comunidade ter identificado a circulação de armas como uma séria ameaça para a paz. No segundo distrito, como expõe Cardeal, ‘a circulação de armas portáteis relaciona-se com actividades criminais como o contrabando de automóveis para e de KwaZulu Natal, na África do Sul. O roubo de gado e a caça ilegal na Reserva de Maputo têm igualmente o nosso interesse. Agora montámos um projecto de recolha de armas onde trabalhamos juntos com outras organizações e com a polícia. Quem der informações, receberá pequenas recompensas, por exemplo bicicletas e zinco como telhado de casa.’

No sul da província de Maputo, a ProPaz dedicou-se à recolha de armas de modo tão activo que ficou sendo parceiro da operação regional Rachel, uma grande operação para combater a criminalidade de ambos os lados da fronteira, empreendida por forças policiais de Moçambique e da África do Sul.

²¹ Ver parágrafo 3.5.

Activismo cívico: a vossa saúde e o vosso voto

‘A má saúde é uma forma de guerra,’ diz Paulinho Manuel Tavarava (44 anos), que já lutou para a Frelimo e agora está a lutar contra as doenças em Nametil. ‘Oferecemos educação geral sobre higiene em hospitais, falamos sobre a importância de manter a água potável afastada de outra água, e, claro, falamos sobre a SIDA.’ Evidentemente, a educação vai muito além do objectivo imediato de promover a não-violência. Muitos ex-combatentes mencionaram a educação sobre saúde como um assunto muito importante, tão importante como a educação dos eleitores. Esta última é fundamental em tempo de campanha eleitoral, quando os políticos redescobrem o seu eleitorado. A informação clara e inequívoca, em vez da retórica política, ajuda as pessoas a informar-se bem sobre as razões de votar e sobre o que podem esperar quando lançam o seu voto. A ProPaz iniciou esta intervenção de educação cívica porque sessões de workshop tinham revelado que acções como atirar pedras às caravanas dos adversários e queimar bandeiras de partidos tinham conduzido à violência nas pré-eleições. A violência depois das eleições é outro motivo de graves preocupações, questão que voltaremos a tratar adiante.

Intercâmbio regional

Na África Austral, a ProPaz esforça-se por estabelecer uma estrutura regional de contactos entre ex-combatentes. Muitos deles conhecem-se muito bem, nem que seja porque bastantes deles treinaram em conjunto na antiga Europa oriental e encontraram uma causa comum nas lutas anti-imperialistas dos anos 1960, 1970 e 1980.

Em Angola há a Preocupaz, uma organização principiante no estilo da ProPaz. No Zimbabwe, ex-combatentes iniciaram um movimento alternativo de veteranos de guerra, constituído por veteranos que recusam ser cooptados no sistema político corrupto do Zimbabwe. Houve workshops regionais e reuniões com ex-combatentes de Angola, Zimbabwe, África do Sul, Namíbia e outros países. Em Dezembro de 2002, pouco antes do acordo de paz de Angola, a ProPaz já tinha organizado um workshop de ‘treino para a paz’ para membros da ANDA-Angola. O workshop também incluía refugiados da região dos Grandes Lagos, que se tinham organizado numa pequena Associação chamada de *International Family of Peace* (Família Internacional da Paz). Da mesma maneira como as visitas ao Norte da Irlanda, Nicarágua e outros países ajudaram a alargar a visão dos moçambicanos que continuam a motivar a ProPaz, eles gostariam de transmitir as suas experiências a grupos semelhantes na região. Curiosamente, durante a visita de campo para esta publicação, um número bastante grande de ex-combatentes observou que o que aconteceu no Zimbabwe – a politização dos veteranos, a cooptação dos seus líderes e a violência desde então infligida aos cidadãos – é impossível em Moçambique. Como um deles expõe muito sucintamente: ‘Já não estamos interessados em política, estamos interessados em projectos’.

Algumas dificuldades

Não que não existam dificuldades. Um dos assuntos mais importantes é o carácter voluntário do trabalho de promotor. A maioria dos promotores de paz e treinadores faz o seu trabalho de livre vontade e com todo o coração, mas alguns sentem-se tratados injustamente. Um grupo encarregou-se de expressar várias frustrações profundas, que

incluíam o facto de que o material era escasso. Como expõe um promotor, não há bicicletas para dar as voltas pela comunidade e “fazer viajar a informação”. Também não há transporte entre os centros provinciais, onde alguns dos coordenadores da ProPaz estão colocados, e os distritos periféricos, alguns dos quais se encontram a uma distância de mais de 100 quilómetros por más estradas. Obviamente, é essencial ter os seus próprios meios de transporte em distritos que carecem de um sistema de transporte público, têm péssimas estradas e têm a mesma superfície que Londres. É digno de menção que a ProPaz, até agora, não se tem aventurado nas regiões remotas, difíceis de alcançar por estrada.

Outro assunto prático levantado era a falta de material de escrita para fazer relatórios, ou a falta, sentida mais intensamente nas cidades, de um escritório. A um nível mais interpessoal achava-se que existia uma distância grande (e crescente) entre os promotores de paz locais e a sede na capital. Um dos grupos de promotores de paz trabalhando em nome da ProPaz quis saber urgentemente se a ProPaz ainda estava interessada na sua existência, um assunto que poderia ser resolvido por uma visita do director nacional. O grupo até sugeriu que, apesar de tudo, podia continuar com o trabalho – mas, então, como um grupo independente.

Alguns destes problemas devem-se ao facto de que organizações como a ProPaz dependem de doadores, que podem ser notoriamente inflexíveis e burocráticos. Em geral o dinheiro de doadores é marcado, o que torna praticamente impossível o seu uso flexível em lugares onde a flexibilidade e a capacidade de improvisar são aptidões essenciais para sobreviver. É uma desconexão entre as realidades locais no país receptor e a realidade virtual da papelada nos vários escritórios de doadores em todo o mundo. Às vezes, a desconexão ainda é maior devido a representantes locais que não possuem a subtilidade de estabelecer relações com as realidades do campo e cultivar o bom senso. É um problema que data dos primeiros tempos da ajuda de desenvolvimento, e oferecer soluções iria muito além dos objectivos deste documento. No entanto, é evidente que seria uma ajuda tremenda para os promotores de paz locais em Moçambique se quantias relativamente pequenas de dinheiro se pudessem aplicar imediatamente. Isso permitiria um tratamento rápido e eficaz de problemas práticos a curto prazo.

3.5 Sem ameaças à paz, mas muita má retórica

Estes esforços para a resolução de conflitos locais, para a educação cívica e para o desenvolvimento da comunidade em geral têm lugar contra um pano de fundo nacional no qual, o que não é estranho, a responsabilidade política assume uma posição na retaguarda quando se deveria manifestar positivamente. Incidentes recentes, recolhidos da imprensa local durante a minha estadia como jornalista, incluíam uma ameaça da Renamo de regressar à mata em Maringué se um certo número dos seus soldados não fosse reintegrado no exército imediatamente.²² A Renamo alegava que o alistamento e – mais propriamente – a demissão tinham um carácter discriminatório no seio do novo exército e que os seus soldados, contra a sua vontade, eram as vítimas desta prática. Chegou até a referir-se a um ultimato. Mais tarde, generais do exército – especialmente os que tinham pertencido à Renamo – declararam muito correctamente que o exército

²² Moçambique reconstruiu o seu exército com os combatentes de ambas as partes envolvidas na guerra de 16 anos.

não existe para ser politizado por quem quer que seja que tenha isso na ordem do dia, e que são os procedimentos, e não a política, que têm a prevalência. Claro que a Renamo nem sequer necessitou de retirar a ameaça, uma vez que ninguém acredita realmente que o regresso à guerra seja uma opção para qualquer pessoa. Os líderes políticos e militares da Renamo – desta vez foi um general quem proferiu a ameaça – têm um longo historial de queixas e resmungos e alguns dos quais até muito justificados. Quase rotineiramente queixam-se sobre os resultados eleitorais, sobre fraude, sobre o acesso aos meios de comunicação social, sobre discriminação no novo exército e muito mais. Isto já se verifica há tanto tempo que a maior parte da população já está imunizada contra isso. Como por exemplo o debate mencionado previamente, iniciado pela liderança da Renamo, sobre os símbolos nacionais.²³

Uma outra ameaça, em primeira instância a nível local mas passível de se ramificar pelo país se não for reprimida, é o abuso de poder localizado, na maior parte das vezes cometido pela Frelimo. Membros do partido têm uma postura como se o país “lhes” pertencesse, simplesmente porque libertaram Moçambique do poder colonial. Qualquer contestação desse facto é encarada como um insulto ou uma ameaça. Apesar de estar correcto historicamente, pode conduzir a um alto nível de arrogância e despotismo para com as pessoas que não andam a reboque desta linha do partido. Houve, por exemplo, uma série de incidentes num local chamado Inhaminga onde a Frelimo, à força de simples lógica política, domina a polícia e as burocracias governamentais porque venceu as eleições na localidade. Neste incidente a Força de Intervenção Rápida baleou um membro da chamada Guarda Presidencial do líder da Renamo Afonso Dhlakama, que tinha lá uma casa. O homem estava a fazer uma visita de carácter privado. Os líderes locais da Frelimo defenderam de imediato a acção da polícia, dizendo que a presença de guarda-costas de Dhlakama representava uma ameaça e provocava insegurança na área. Existem relatos afirmando que de facto estes Guardas Presidenciais auto-nomeados representam uma força desestabilizadora na região central de Moçambique, e que espancam e ameaçam regularmente representantes oficiais do governo. Mas neste caso particular testemunhas oculares disseram que os tiros foram injustificados. Os efeitos de um incidente destes são quatro. Em primeiro lugar, politiza assuntos que são completamente de natureza pessoal. Parece que a pessoa baleada estava simplesmente a visitar familiares e não tinha outro motivo para permanecer em Inhaminga essa noite. Em segundo lugar faz criar tensões desnecessárias, já que se segue a um incidente similar em Agosto de 2004, quando um outro guarda de Dhlakama foi baleado numa situação parecida, a qual foi interpretada pela polícia como mais um acto de banditismo político por parte dos guardas de Dhlakama. Nesse caso, assim como neste, só com dificuldade se conseguiu impedir uma escalada total que resultaria numa perda séria de controlo sobre a situação. Em terceiro lugar providencia a Renamo com ‘munição’ política e prova que há realmente abuso de poder. Em quarto lugar, a reacção instintiva por parte dos que detêm o poder administrativo isenta a Frelimo da aplicação de medidas de reforma muito necessárias que iriam aliviar burocracias empedernidas e permitir o enraizamento da tolerância política e social. Um efeito que um incidente destes certamente não tem é o de providenciar uma solução. Activistas da ProPaz noutras partes do país, particularmente em Maringué, manifestaram a vontade de começar a trabalhar em Inhaminga e em outro ponto crucial de momento, Mocímboa da Praia.

²³ Ver o anexo.

Num sentido generalizado as manipulações políticas do topo representam uma ameaça para os esforços de construção e consolidação da paz a nível local. Nisto Moçambique está longe de ser único: anteriormente fizemos referência à Serra Leoa onde a irresponsabilidade política (de facto muitas vezes mau comportamento propositado) ameaça esforços pelo processo de consolidação de paz em curso em localidades por todo o país. No caso moçambicano as maquinações políticas do topo não ameaçam a paz, apesar da retórica, mas podem debilitar seriamente as comunidades locais. Isso foi o que aconteceu em Mocímboa da Praia na província de Cabo Delgado. No princípio de Setembro de 2005 morreram 11 pessoas e quase 50 ficaram feridas como consequência de um surto de violência. O motivo foi a nomeação em sinal de protesto do “novo líder” para a localidade, um candidato da Renamo que tinha perdido as eleições para esse posto quatro meses antes. A Renamo reclamou que as eleições foram fraudulentas. De repente deram-se lutas entre apoiantes da Renamo e da Frelimo que reivindicava ter ganho devidamente as eleições em Mocímboa da Praia. Houve acusações de parte a parte sobre violência, brutalidade policial – até o número de mortos se tornou um jogo político. A Renamo baixava o número e a Frelimo fazia exactamente o oposto. Tudo isto nada tinha a ver com os problemas de dia-a-dia em Mocímboa da Praia; a violência e toda a revolta foram orquestradas a partir de níveis superiores e provavelmente estavam envolvidos ex-combatentes. Apesar de ser verdade que a fraude nas votações está espalhada, há duas coisas que se evidenciam em casos como este: a violência subsequente não resolve nada e as circunstâncias locais que são aparentemente o pretexto destas acções de violência continuam exactamente na mesma.

Embora a ausência de uma política de reconciliação nacional não leve o país de regresso à guerra, alguns dos problemas poderiam ser tratados muito mais efectivamente se houvesse um empenho por parte do governo na criação e construção da paz, a qual a ProPaz referiu como sendo um dos seus objectivos. Foi interessante assistir ao debate sobre este assunto na sede principal da ProPaz em Maputo, entre três representantes da ProPaz em Moamba, Jorge Francisco Mondlane, que se uniu ao partido político da Renamo depois da guerra, e Benjamin Roberto Albino Mondlane e Vicente Fenigs Nhambe, ambos membros da Frelimo. Benjamin Mondlane defende que o tipo de harmonia que se cria a nível comunitário deve também eventualmente ser criado a nível provincial e nacional. ‘Pode de facto ocorrer que a política desvie a atenção do facto que os problemas que estamos a tratar são na realidade os mesmos.’ Tais como os problemas de indisciplina na região de Moamba, descritos anteriormente. É um processo que requer alguma aprendizagem, como explica Jorge Mondlane: ‘Antes não existia realmente um governo local, não existiam partidos políticos e por consequência não havia campanhas eleitorais. A situação era muito simples: as estruturas governamentais eram as mesmas que as do partido dominante.’ Mas este processo de aprendizagem tem vindo a desenvolver-se bem em Moamba, onde todos três tomam parte nas campanhas pelos respectivos partidos, se envolvem em algumas intrigas políticas durante as eleições mas continuam bons amigos quando tudo volta à normalidade. Aqui os assuntos pessoais não se misturam com a política de forma nenhuma – suplantam-se um ao outro.

4 Uma palavra final

Por NiZA, ProPaz e CSVR

Os capítulos anteriores dão uma imagem das vidas dos ex-combatentes, do seu historial e dos seus papéis nas respectivas comunidades. Agora gostaríamos de referir alguns dos pressupostos sobre a posição dos ex-combatentes depois da guerra, que deformam e limitam a nossa capacidade para criar estratégias efectivas de intervenção. Desta maneira pretendemos salientar elementos cruciais que nos ajudam a avançar, e a distanciar das imagens negativas que em grande parte influenciam a forma como encaramos aqueles que fizeram uso da violência.

4.1 Ex-combatentes – pressupostos

É de particular importância a necessidade de pôr em causa os pressupostos sobre ex-combatentes que parecem ter influenciado anteriores intervenções de doadores e governos, mas também a sociedade em geral. Isto deve incluir questões sobre a validade desses pressupostos, a sua relevância para as pessoas a que se referem e o impacto que têm sobre a utilidade da política.

Ex-combatentes e a violência

O estereótipo mais importante é que os ex-combatentes são mais propensos à violência e mais penderes para a criminalidade do que outros. Esta é uma característica comum das pessoas que vivem em países que sofreram guerras – mas também igualmente comum entre a comunidade internacional (de doadores) e normalmente exprime-se através de frases tais como “para impedir que antigos militares caiam na violência” ou “para assegurar que ex-combatentes não se envolvam em novas situações beligerantes”. A ProPaz argumenta que a restrição do uso de armas fazia parte do treino de guerra para ambos os lados envolvidos no conflito em Moçambique – quanto mais não fosse pelo facto da quantidade de munições disponível ser limitada em situações de confronto. Como afirma Jacinta Jorge da ProPaz: ‘Existe uma grande disciplina entre os militares no que respeita ao uso de armas. Isto tem a ver com a disciplina no exército e com o respeito pela hierarquia.’ Noutras palavras: sem negar os actos de violência cometidos durante a guerra, as probabilidades de um ex-militar enveredar pelo caminho do crime violento depois da guerra são muito menores do que geralmente se crê.

Não obstante, mesmo até a história recente revelou que a politização de ex-combatentes pode representar uma ameaça real para a paz. No Zimbabwe, África do Sul, Namíbia, Angola e Moçambique há números significativos de ex-combatentes, que lutaram pelos regimes anteriores, governos actuais e movimentos rebeldes. Muitas vezes os detentores do poder encaram as organizações de veteranos de guerra como uma ameaça, sobretudo quando o seu próprio regime é instável. Mas os ex-combatentes podem também ser vítimas de abusos e manipulações por parte do poder (local). Como por exemplo os membros da ProPaz referenciaram na situação de tensão vivida em Inhaminga e Mocímboa da Praia em Setembro de 2005.²⁴

²⁴ Ver parágrafo 3.5.

Mesmo assim, o relato seguinte relativo ao Zimbabwe é ainda mais ilustrativo. A chave para compreender a crise fatal do Zimbabwe é o facto de que em 1997 o governo de Mugabe considerou que os ex-combatentes representavam uma ameaça séria. Nesse ano Mugabe foi apupado durante a comemoração da independência e a sede do ZANU-PF foi pilhada. Os “veteranos de guerra”, como são conhecidos vulgarmente, tinham jazido sob condições aterradoras durante anos, enquanto que os “gatos gordos” engordavam ainda mais. O já falecido Chenjerai ‘Hitler’ Hunzvi e outros, actuando de forma pouco escrupulosa, segundo alguns, transformaram isto numa força política poderosa. Mugabe agiu, tentando usar benefícios generosos e uma promessa de poder político para aplacar os veteranos de guerra e afastar a ameaça que representavam. Ambos estes actos tiveram efeitos negativos e prejudiciais para o país, tanto economicamente como em termos de competência para uma governação efectiva. Note-se que neste caso foram as acções do governo em reacção aos veteranos de guerra que causaram os problemas e não os ex-combatentes propriamente ditos. A incapacidade de abordar de forma holística as necessidades sociais e económicas de um importante grupo de eleitores, e a politização deste grupo, está na raiz dos conflitos que surgiram.

Necessidades dos ex-combatentes

Outro estereótipo, especialmente entre os doadores, é que todos os ex-combatentes querem trabalhar e todos querem regressar a casa. Mas na realidade, por várias razões, muitos deles permaneceram na área onde serviram pela última vez. Ou adquiriram um terreno, ou se casaram, ou estiveram longe de qualquer outro lugar durante tanto tempo que já não fazia qualquer sentido retornarem para onde quer que se encontrasse a suposta ‘casa’.

Tais pressupostos conduziram tanto a políticas de intervenção mal orientadas por parte da comunidade internacional, como também a políticas de intervenção local erradas e até perigosas. Os exemplos são vários: os projectos de transporte de massa, projectos de trabalho, cursos de formação que surgem por todo o lado mas que não oferecem aptidões úteis ou transferíveis no final, e muitos outros. Jacinta Jorge: ‘Não é necessariamente o trabalho que importa: os ex-combatentes serão reintegrados na sua sociedade através do reconhecimento pela função que têm como promotores da paz e outras mais, e não ao contrário.’ Por outras palavras: o trabalho por si só não conduz à reintegração, como muitas vezes se pensa; mas reconhecer os méritos de alguém como ex-combatente abrirá caminho para o reconhecimento devido. Depois há ainda também um problema de ordem prática: o sucesso da reintegração pelo trabalho não pode depender das capacidades económicas do país para criar esses postos de trabalho. Esta carência de trabalho é parte do problema no caso de Moçambique. Voltar a ser um membro respeitado da família e da comunidade requer algo mais do que um emprego remunerado. Mesmo levando em conta que os ex-combatentes aqui entrevistados consideram o emprego como sendo um aspecto muito importante para a reintegração, certamente que não é o único.

A diversidade dos ex-combatentes

É necessário que os ex-combatentes não sejam considerados como um grupo homogéneo e que não se delinieie uma política uniforme para todos. Na realidade não existe uma categoria de pessoas conhecida como “ex-combatentes”. A diversidade entre

os ex-combatentes, as suas necessidades específicas e os contextos enormemente diferentes em que se encontram inseridos, requerem intervenções muito mais inventivas, diversificadas e flexíveis que condigam com essas diferentes necessidades articuladas. Uma das ex-combatentes realça que durante a guerra não havia nenhum tratamento especial para as mulheres. Mas agora, depois da guerra, elas defrontam-se com outros desafios e têm necessidades diferentes das dos seus colegas masculinos.

Uma das características mais reconhecidas de ex-combatentes na África Austral é que a maior parte deles foi treinada durante vários períodos de tempo e em vários graus de intensidade, e que por isso não podem ser facilmente comparados com os bandos indisciplinados, dedicados à pilhagem, que devastaram a Libéria e países limítrofes desde 1989. Podemos até perguntar-nos se as experiências de guerra na República Democrática do Congo têm alguma semelhança com o que se tem passado no resto da África austral. O que os ex-combatentes moçambicanos têm vindo a realçar é o facto de que eles foram treinados para se moderarem quando usavam violência. Obviamente, nem sempre tem sido assim, uma vez que foram praticadas estratégias de crueldade excessiva contra civis durante a guerra civil em Moçambique.

Capacidades não usadas dos ex-combatentes

Frequentemente a experiência dos ex-combatentes não é aproveitada em toda a sua extensão. Esta inclui aptidões militares que podem servir desígnios civis tais como a desminagem, fomentar o trabalho em unidade e providenciar liderança a comunidades e a amplos grupos. Apesar de os próprios ex-combatentes diferirem nas opiniões sobre o grau de utilização dos conhecimentos, aptidões e experiências adquiridas no período militar, todos eles são de opinião que a sociedade ignora as suas capacidades e não as utiliza plenamente. Um ponto muito importante que merece ser salientado – e certamente em Moçambique – são as minas terrestres.²⁵

Estreitamente relacionada com isto temos a questão do dinheiro. Devido à precária situação financeira em que a maior parte dos ex-combatentes se encontra, e devido ao facto de os postos de trabalho serem poucos e longínquos em Moçambique, seria útil criar um método segundo o qual os ex-combatentes pudessem ser remunerados pelos seus conhecimentos e pela informação que providenciassem. ProPaz está a tentar encontrar forma de colocar este assunto na ordem do dia.

4.2 Oportunidades como Promotores da Paz

Depois de termos falado tanto sobre os pressupostos com respeito às necessidades dos veteranos de guerra, o que é que podemos aprender sobre o exemplo moçambicano da ProPaz?

Desenvolvimento de capacidades fomentadoras da paz

O trabalho de ProPaz deu a mostrar que as autoridades – sejam elas governos nacionais ou doadores internacionais – deverão desenvolver políticas de intervenção que vão além do aproveitamento das aptidões existentes dos ex-combatentes. Estas políticas intervenientes devem também permitir que os ex-soldados desempenhem um papel na

²⁵ Ver o anexo.

consolidação da paz e na gestão de tensões sociais nas comunidades. Isto representa uma forma construtiva para reduzir os níveis de violência e as possibilidades de agudização das tensões. Programas educacionais direccionados para a reconstrução de uma obra já existente, que incluem a disseminação e partilha de iniciativas empreendidas pelos próprios ex-combatentes, fortaleceriam este processo. A experiência e os conhecimentos dos ex-combatentes podem ser muito bem aproveitados nas comunidades locais para prevenir e resolver conflitos. Certamente que não é uma panaceia mas uma parte provou o seu valor, tal como os numerosos exemplos da ProPaz mostraram.

Intercâmbio regional

A capacidade de partilhar experiências em toda a África Austral e de valorizar e diversificar o fundo de aprendizagem prática entre os ex-combatentes devem ser encorajadas e reforçadas. Os contextos diferem de um país para o outro, de um sector ONG bem desenvolvido e sofisticado (África do Sul), para um sector de sociedade civil pequeno e incipiente (Angola) ou uma sociedade civil maltratada (Zimbabwe). Tudo isto tem influência directa sobre uma rede regional de ex-combatentes que oferece alternativas para reduzir os níveis de violência (institucionalizada) nas várias sociedades da região.

Apoio de doadores

A inflexibilidade institucional pode ser problemática, especialmente quando estão em jogo necessidades simples e imediatas dos promotores de paz locais. Isto é verdade especialmente para áreas remotas onde de facto se sente que tanto os doadores como a sede central nacional se encontram muito longe. A sociedade civil, que trabalha com ex-combatentes que mobilizam e organizam, precisa de estar bem organizada. Precisam de ser fortalecidas as estruturas de suporte que ligam os ex-combatentes a nível nacional com aqueles que trabalham em partes mais longínquas no país. Por exemplo, representaria uma tremenda ajuda para os grupos locais da ProPaz se as relações entre eles e a sede central nacional fossem confirmadas com mais frequência como sendo relações existentes e importantes.

NiZA

Nos anos vindouros o NiZA continuará a apoiar a ProPaz e outras iniciativas similares na região. O intercâmbio regional e a cooperação terão um papel muito importante a desempenhar. Mesmo levando em conta que os conflitos e os processos que conduzem à paz são diferentes entre os países, há ainda muito a partilhar. O trabalho neste campo é complexo e é um desafio, como sempre é o caso na construção da paz, mas contudo é muito importante dar atenção e apoio a este grupo especial nos processos de reconciliação.

5 Recomendações

Por NiZA

Partindo dos capítulos anteriores fica claro que se devem proceder a umas quantas alterações chave na política de intervenção. Sem estas alterações, as instituições envolvidas nos programas de reintegração de ex-combatentes terão que batalhar para terem um impacto positivo nas vidas daqueles que pretendem beneficiar.

Estas recomendações destinam-se aos governos que tratam com ex-combatentes, à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, à União Africana, às Nações Unidas, à Comissão Europeia e às organizações da sociedade civil internacional e nacional que estão activas na área da construção da paz e desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR).

A construção da paz é um compromisso a longo prazo

- Ter consciência que a construção da paz vai mais para além do que a assinatura de tratados formais e requer um compromisso a longo prazo para a transformação social.
- Ter consciência que para as pessoas comuns os acordos de paz, ou de tréguas, usualmente não significam um simples recomeço mas sim uma mudança de situação que sucede a um conflito violento. As consequências da guerra precisam ainda de ser determinadas dum modo pelo qual se reconheça que é a natureza do conflito que impõe o caminho da construção da paz.
- Aceitar o facto de que a sociedade – muitas vezes idealizada – como era antes da guerra desapareceu para sempre, e que uma nova sociedade precisa de ser construída. Para tal, e ao mesmo tempo, deve-se pensar que a reintegração de um ex-combatente na sociedade não significa um retorno ao já conhecido, mas é parte do processo de criação de uma nova sociedade.
- Em intervenções destinadas à construção da paz deve-se ter consciência que sem estratégias integradas em relação com respeito a erradicação da pobreza, a violência e a reintegração de ex-combatentes, a durabilidade da paz estará sempre ameaçada. Encarar os processos de democratização de um país como uma parte integral da construção duma sociedade depois de um tempo de conflitos.
- Aceitar e compreender que os efeitos da guerra numa sociedade são muito mais profundos do que normalmente parece para quem está de fora, e que a complexidade das dinâmicas locais significa que há necessidade de experiências locais e de participação local na construção da paz.
- Delinear intervenções para a construção da paz que tenham em conta a comunidade no seu todo, e ter cuidado para não isolar ainda mais os ex-combatentes destas comunidades.

Reconhecimento da sociedade civil local

- Reconhecer que a sustentabilidade da paz só pode ser realizada se aqueles que estiveram envolvidos com a violência da guerra tomarem parte nos processos

de paz e reconciliação, sem menosprezar as violações cometidas contra os direitos humanos.

- Aceitar que durante a guerra ou em períodos de conflitos violentos ninguém é neutral. Além disso uma sociedade civil neutral não existe, e o reconhecimento e o empenho para com os efeitos da guerra e da violência são uma componente necessária numa sociedade civil consciente.
- A sociedade civil internacional deverá aceitar que ninguém era neutral durante o período de conflito violento, e que a sustentabilidade da paz só pode ser alcançada se todos os actores forem incluídos no processo de construção de uma sociedade pós-guerra. A selecção de intervenientes num projecto deveria enquadrar-se nesta perspectiva e prestar atenção a quem foi incluído e excluído.
- A sociedade civil local (igrejas, associações de mulheres e líderes locais) deverão desempenhar um papel importante nos processos de reconciliação a nível comunitário, onde antigos inimigos têm que aprender a viver novamente juntos e chegar a um acordo no que respeita ao passado.

Providenciar apoio a longo prazo para a reintegração de ex-combatentes

- Expandir as actividades de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de curto prazo, e os respectivos processos técnicos, para um processo de reintegração a longo prazo. As iniciativas a curto prazo (tais como a formação e o apoio financeiro) representam um bom começo, mas pecam por não levarem em conta a necessidade de uma transformação social mais alargada. Não tratam dos problemas que os ex-combatentes enfrentam a longo prazo, tais como a estigmatização e a exclusão da sociedade.
- Não considerar os ex-combatentes como um grupo homogéneo que beneficiaria com intervenções singulares válidas para todos, mas sim providenciar tácticas diversificadas que dêem também atenção especial às necessidades das crianças soldado, das mulheres e dos ex-combatentes inválidos.
- abuso, a violência sexual e o impacto nos ex-combatentes femininos requer atenção específica. As funções de género não tradicionais desempenhadas pelas mulheres durante os períodos de violência também precisam de ser levadas em conta e deverá inspirar as intervenções a este respeito.
- Ter consciência que para se tornar novamente um membro respeitado da família ou da comunidade é preciso algo mais do que um emprego, e que muitos dos ex-combatentes nem sequer têm um lugar onde possam regressar.
- Reconhecer as capacidades dos ex-combatentes – tais como qualidades de liderança e trabalho disciplinado e em conjunto – e prestar-lhes assistência na aplicação das suas aptidões em favor da vida civil.
- Aproveitar a perícia que os ex-combatentes possuam; por exemplo na desminagem e na recolha de informação sobre depósitos de armas.

Rectificar a imagem dos ex-combatentes e atribuir-lhes um papel na construção da paz

- Abdicar de encarar os ex-combatentes exclusivamente como criminosos de guerra ou como ameaças à paz muitas vezes frágil, tal como é normalmente o

ponto de partida nos modelos DDR. Adotar um novo modelo no qual os ex-combatentes sejam vistos como pessoas que podem ensinar os outros sobre a guerra e, assim, terem um papel no processo de construção da paz. Aqueles que tiveram experiências directas com a guerra e estão envolvidos em processos de reconciliação com os seus anteriores inimigos, são a chave para a promoção da paz nas comunidades a nível local.

- Não reconstitua automaticamente as organizações democráticas de ex-combatentes das diferentes partes envolvidas no conflito, mas prestar-lhes apoio para que possam ter um papel construtivo na reconstrução da sociedade.

6 Sobre os autores e editores

6.1 Centro de Estudos sobre Violência e Reconciliação (CSVr)

O CSVr é uma organização não-governamental independente, enraizada na África Austral e sediada na África do Sul. A missão do CSVr é desenvolver e realizar intervenções inovadoras e integradas de segurança humana, baseadas no compromisso com a justiça social e com direitos fundamentais para todos. Desde há 15 anos, o CSVr tem lançado programas e projectos visando a prevenção de violência em todas as formas, a construção de uma paz duradoura e a reconciliação em sociedades recentemente saídas de um passado violento. A equipa multidisciplinar inclui psicólogos, sociólogos, cientistas políticos, historiadores, juristas, criminologistas, promotores de desenvolvimento de comunidades e activistas de paz, justiça e direitos humanos.

www.csvr.org.za

6.2 ProPaz

ProPaz (Associação Instituto de Promoção de Paz) foi fundada em 1995 por ex-combatentes, tanto da Renamo como da Frelimo. Começou como um programa no quadro de duas importantes associações de ex-combatentes de Moçambique: AMODEG (Associação Moçambicana de Desmobilizados da Guerra) e ADEMIMO (Associação dos Deficientes Militares e Paramilitares de Moçambique). A ProPaz é uma organização não-governamental independente, trabalhando para a paz a nível local e nacional em Moçambique, com muita atenção aos ex-combatentes como promotores de paz. A ProPaz treina promotores de paz locais na construção da paz e na resolução não violenta de conflitos. Os promotores de paz colaboram com outros membros da comunidade na prevenção da violência, promovendo o diálogo como meio de resolver conflitos e facilitando a resolução de conflitos a nível da comunidade.

www.propaz.org.mz

6.3 Bram Posthumus

Bram Posthumus (Amesterdão, 1959) tem sido jornalista independente desde 1992, cobrindo eventos políticos e económicos em vários países, sobretudo francófonos e lusófonos, na África Austral e Ocidental. Também escreve sobre música e artes. O seu trabalho é publicado numa variedade de revistas na Holanda, Inglaterra, Bélgica e África do Sul.

6.4 Instituto holandês para a África Austral (NiZA)

O Instituto holandês para a África Austral foi formado em 1997 como uma fusão de três organizações com um passado de anti-apartheid que data dos anos 1960. O NiZA é uma organização não-governamental independente, que trabalha para promover os processos de democratização na África Austral. O NiZA apoia organizações da sociedade civil nos vários países. Na opinião do NiZA, uma sociedade civil forte é essencial para a verdadeira democratização. Além do Programa de Direitos Humanos e Construção de

Lutas em tempo de paz. Trabalhando com ex-combatentes em Moçambique: o seu trabalho e as suas frustrações e sucessos

Paz, o NiZA tem dois outros programas no campo da liberdade de expressão e da justiça económica.

www.niza.nl

7 Referências bibliográficas

ACTION for Conflict Transformation, *Transforming conflict, reflections of practitioners worldwide*, Phnom Penh: ActionAsia; Melville: Action Support Centre, 2003

Associação Instituto de Promoção da Paz - ProPaz, *Ex-combatentes: experiências de reconciliação e paz nas comunidades* (Maputo: ProPaz, 2002) Disponível em inglês: *Veteran soldiers: experiences of reconciliation and peace in the community*
www.propaz.org.mz

Fisher, Simon et al, *Working with conflict: skills and strategies for Action*. London: Zed Books, 2005, 3rd impr.

Gear, Sasha *Now that the war is over - ex-combatants transition and the question of violence: a literature review*. Johannesburg: Centre for the Study of Violence and Reconciliation, April 2005. – (Violence and Transition series; no. 9)
www.csvr.org.za

Gear, Sasha, *Wishing Us Away: Challenges facing ex-combatants in the 'new' South Africa*. Johannesburg: Centre for the Study of Violence and Reconciliation, 2002. – (Violence and Transition series; no. 8)

Mashike, Lephophotho and Mafole Mokalobe, “The reintegration into civilian life: the case of former MK and APLA combatants”. Cape Town: University of Cape Town, Centre for Conflict Resolution. In: *Track Two* - Vol 12, No. 1 and 2 (Sep. 2003)
ccrweb.ccr.uct.ac.za

8 Lista de abreviaturas

- ADEMIMO: Associação dos Deficientes Militares e Paramilitares de Moçambique
- AMODEG: Associação Moçambicana de Desmobilizados da Guerra
- APLA: Azanian People's Liberation Army (Exército para Libertação do Povo Azaniano)
- CSVR: Centre for the Study of Violence and Reconciliation (Centro de Estudos sobre Violência e Reconciliação)
- DDR: Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
- Frelimo: Frente para a Libertação de Moçambique
- MK: Umkhonto we Sizwe
- MNR: Mozambique National Resistance (Resistência Nacional de Moçambique)
- MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola
- ONG: Organização não-governamental
- ONUMOZ: United Nations Operation in Mozambique (Operação das Nações Unidas em Moçambique)
- ProPaz: Associação Instituto de Promoção de Paz
- PTSD: Post Traumatic Stress Disorder (distúrbio de estresse pós-traumático)
- REDEPAZ: Rede de Edificação de Paz em Moçambique
- Renamo: Resistência Nacional de Moçambique
- SADF: South African Defence Force (Força de Defesa Sul-Africana)
- UNITA: União Nacional para a Independência Total de Angola
- ZANU – PF: Zimbabwe African National Union (Patriotic Front) União Nacional Africana de Zimbabwe (Frente Patriótica)
- ZAPU: Zimbabwe African People's Union (União do Povo Africano de Zimbabwe)

9 Anexos

9.1 História de vida: Cardeal

Matutuíne é uma pequena comunidade rural, mais ou menos a uma hora de carro de Maputo. Como em muitas velhas povoações rurais do tempo colonial português (quando esta comunidade tinha o nome de Bela Vista), o centro foi construído em volta de uma praça de tamanho invulgar, onde sempre se encontram os prédios das autoridades locais, dos tempos pré- e pós-independência. Matutuíne fica à beira dum rio importante que constitui a principal razão da sua situação. Há pouco tempo, a electricidade chegou até aqui. Significa que o único rádio em poder do restaurante local tocava, sem parar e muito alto, *kwaito* da África do Sul e R&B americano, até que pedimos para baixar um pouco o volume para podermos fazer as nossas entrevistas.

‘Isto já foi uma aldeia pequenina, quase sem estradas, só com alguns caminhos e, claro, sem electricidade. Durante a guerra lutou-se muito por aqui, por causa do rio que viram quando entraram em Matutuíne. O rio era um alvo estratégico evidente. As pessoas que tentavam sobreviver aqui na povoação precisavam de água, mas seriam baleadas se tentassem alcançar o rio. Por isso tínhamos que fazer recuar os atacantes, tendo que lutar, às vezes, por edificações individuais. Naquela altura, a luta era o único contacto concebível que podíamos ter com os nossos irmãos do outro lado do rio. Agora tudo isto é diferente, está claro ...’.

‘Esse primeiro contacto era, de facto, bastante simples. Era só aproximar-se do outro e dizer: “Bom dia meu amigo, olá meu irmão, como estás?” Davam uma resposta e isso era tudo ...’

‘Andei pelas comunidades a pregar a paz, a dar apresentações, a falar sobre violência e assaltos e a tentar normalizar as relações. Como vê, as principais razões desta hostilidade são a política e a ignorância. As pessoas não sabem como podem resolver problemas, por exemplo indo para um tribunal local, e que há conflitos para os quais não são precisos tribunais mas que podem ser resolvidos pelas próprias pessoas. Assim, o essencial é achar novas maneiras de resolver velhos conflitos sem causar novos conflitos. Quando iniciámos a ProPaz e falámos sobre ela com as comunidades, a maioria das pessoas achou que era uma boa ideia.’ A ProPaz, que compartilha uma modesta agência com a AMODEG, provaria o seu valor em Matutuíne numa maneira muito especial.

‘Depois do exército nunca mais trabalhei. Olhem que eu era um técnico de telecomunicações polivalente: telefone, telégrafo, tratava com tudo. O problema é que é preciso um nível muito mais alto de conhecimento académico para poder funcionar numa empresa civil. É aí que existe uma grande diferença entre o que aprendi e o que sei na prática. Portanto, tinha de tratar de mim mesmo! Tenho um terreno e, sabem, cultivo nele legumes, cebolas e mandioca, entre outras. O terreno está registado em meu nome e dá-me uma vida decente. Não foi difícil obtê-lo. Já me conheciam aqui, portanto o único que tive que fazer foi pedi-lo ao chefe tradicional.’

Hoje em dia, Matutuíne é o fulcro de um conflito diferente. Trata-se do alargamento dos direitos dos trabalhadores àqueles que trabalham para o complexo turístico que fica perto. Afinal, Matutuíne situa-se perto da África do Sul, onde se encontram os turistas e o dinheiro. ‘Logo no outro lado do rio fica Ponto d’Ouro. É um complexo turístico com muitos *lodges* grandes: por outras palavras, uma grande atracção. Tínhamos ouvido que despediram trabalhadores sem pagar. Isso é inadmissível. Claro, sabemos que precisamos de investidores estrangeiros, mas não há dúvida que todo o mundo paga aos trabalhadores por trabalho feito.’²⁶

‘Pouco a pouco, nós da ProPaz começámos a organizar o povo. Fizemos o esforço de ir lá pessoalmente, com uma delegação, para falar com alguns dos patrões. Teria sido inútil organizar uma grande demonstração, mas algo tinha que ser feito. Também fizemos uso da mediação do chefe local (régulo), porque isso dá mais peso. Receio que até agora a situação não tenha melhorado muito, mas pelo menos algumas pessoas despedidas receberam os seus salários e a empresa designou uma espécie de mediador que vai procurar maneiras de resolver o problema. É um começo modesto, mas tenho a certeza de que não haveria absolutamente nenhum contacto se não tivéssemos interferido.’

9.2 História de vida: Paciência Manjate

Paciência Manjate, nascida numa família rural, estava sempre com o nariz enfiado nos livros. Adorava estudar. Mas em vez de seguir uma carreira académica, passou 17 anos no exército governamental, de 1977 até a sua desmobilização em 1994. ‘O serviço militar era obrigatório, tínhamos que ingressar e pronto. Entrávamos nas aldeias e percorríamos o país para defendê-lo dos agressores internacionais e dos contra-revolucionários. Sim, era um tempo muito ideológico.’

‘Treinei primeiro em Moamba e depois em Nampula. O nosso treino militar tinha muitos aspectos, logísticos, políticos, técnicos e psicológicos. Mas o meu trabalho com as tropas era sobretudo político. Eu era o comissário político, o que quer dizer que dava treino político. Também quer dizer que eu explicava porquê era guerra e porquê tínhamos que lutar. Sim, também nos dedicávamos às crianças. Tínhamos que educá-las, elas formavam a nova geração. Era por isso que a Renamo nos odiava tanto durante a guerra, estávamos a treinar a nova geração ...’

‘Tínhamos qualquer posição especial como mulheres durante a guerra? Não, não havia um tratamento especial, bom ou mau. É claro que todos podiam morrer: estávamos no meio de uma guerra! Sim, as mulheres estavam certamente dispostas a lutar pelos seus ideais. O nosso grande exemplo era Josina Machel, que lá se encontrava quando lutávamos pela independência. Ela treinou com a Frelimo na Tanzânia e mostrou claramente que as mulheres podiam participar na luta.’

‘Em seguida, tivemos a desmobilização depois da guerra, tivemos a ONUMOZ, temos o multipartidarismo, mas as outras coisas requerem muito mais tempo. Havia famílias divididas, irmãos que lutaram um contra o outro durante a guerra. Por exemplo, a minha irmã viveu um incidente. A sua casa foi atacada e ela viu morrer um dos seus filhos

²⁶ Ver também a páragrafo Problemas de trabalho.

quando lhe cortaram o pescoço. Havia sangue por todos os lados da sala de estar. A minha irmã nunca quis aceitar o que aconteceu. Nunca quis falar com os que cometeram este acto terrível. Agora admitiu, muito pouco a pouco, que isto teve lugar. Aprendeu que é possível falar com as pessoas, falar com os vizinhos, e mesmo falar com os que a atacaram. Sim, desempenhei um papel importante neste processo.’

‘A AMODEG, da qual eu sou o Secretário-Geral, foi iniciada por nós com ambos os grupos de ex-combatentes. Queríamos defender os nossos interesses. Sim, eu sei que grande parte da população civil tem medo de nós, porque trazíamos armas. Mas nunca tivemos a ideia de causar medo e intimidar. Na AMODEG, tentamos achar soluções inteligentes para os problemas dos ex-combatentes e defender os nossos interesses. Não organizamos grandes manifestações e tudo o mais, porque não pensamos que isso ajude a nossa causa. Preferimos trabalhar por meio de acções específicas de *lobbying*.’

‘O encontro mútuo correu bastante bem. Sabíamos quem tinha estado ao lado do governo e quem tinha estado ao lado da Renamo, mas demos um carácter muito pessoal aos contactos: onde é que o senhor se encontrava quando foi desmobilizado, como está a família, e mais perguntas como estas. E o facto de que formamos um grupo com interesses comuns também ajuda, como é natural. A ProPaz também trabalha assim. O essencial é distinguir entre a comunidade e a política.’ Estabelecer uma boa distância entre você mesmo, como membro da sua comunidade, e a política é um tema muito comum em todo o Moçambique. A Paciência sabe porquê: as discussões sobre política e a conversa de políticos ainda estão estreitamente ligadas à guerra na mente de muitas pessoas, de modo que é melhor esquivar-se.

Ela é casada com o homem que conheceu há 20 anos na academia militar de Nampula. O casal tem três filhas. A filha mais velha vai à universidade e as duas outras vão à escola.

Hoje em dia, a Paciência é mais prática e pensa de maneira muito menos ideológica. Há pouco, a Renamo quis lançar um debate nacional sobre a modificação dos actuais símbolos do Estado, que incluíam um AK47, um livro e outras coisas. Depois de alguns artigos de jornal, a proposta teve uma morte rápida e bem merecida. A Paciência não tem vagar para estas maluquices. ‘Olha, qual a diferença? Tudo isto são piadas. Vamos falar de problemas mais práticos e examinar o que se pode fazer a esse respeito. Não precisamos de políticas ocas.’

9.3 História de vida: Armando Messitera Muharu

Armando (37 anos) é natural de Chibabava mas vive agora na atractiva cidade portuária de Quelimane, no Norte de Moçambique. ‘Em Chibabava a escola ficava muito longe, quase a 40 quilómetros. Sempre fazíamos *jogging* para lá e de volta. Felizmente fui transferido mais tarde para uma escola de missão, de maneira que já não tinha que andar aquela distância toda.’

Armando ainda não podia saber que um capricho irónico do destino o faria andar muito mais. ‘Fui raptado pela Renamo em Abril de 1980, quando tinha obtido dispensa para ir

à aldeia onde nasci a fim de despedir-me dos pais. Ia viver e estudar administração num centro ligado à Igreja. Mas nunca lá cheguei ...’

‘Levaram-me para Nyanga, onde fomos treinados. Sim, Nyanga agora é Zimbabwe, mas eram os últimos dias do regime de Ian Smith. Portanto, não durou muito tempo: fomos evacuados a toda a pressa e vi-me de repente em Garagua, que fica no norte da província de Manica. A partir de lá, só andámos a pé. Primeiro em Masangena, na província de Gaza. Depois, em 1981, andámos para a frente seguinte, na província de Zambeze. Era só caminhar o tempo todo. O nosso comandante não queria saber de nenhum descanso, era um homem duro. Às vezes continuávamos duas semanas sem comida ... Percorriamos facilmente mil quilómetros a pé. Levámos quatro meses a percorrer essa distância, transportando até 35 quilos de armas, sem contar a nossa própria protecção pessoal e os víveres. Quaisquer que fossem as exigências do terreno e das circunstâncias, tínhamos que transportar cinco granadas de morteiro 82, cinco granadas de morteiro 60, cinco bazookas, duas minas anti-tanque, quatro minas claymore, mais as armas necessárias para a nossa defesa pessoal, visto que havia sempre uma ameaça em qualquer parte. Bombardeiros, fogo hostil ... mas escapávamos, às vezes por pouco.’

‘Em 1993 fui desmobilizado na província de Zambeze. Bem, a vida no centro de acantonamento era boa! Havia suficiente comida, em primeiro lugar. E já não era necessário preocupar-se com os aviões.’

Decidi ir a Quelimane e lá vim a ser vice-coordenador da AMODEG. Era trabalho prático, não político. Afinal, todos os que tinham sido desmobilizados possuíam os mesmos direitos. Por meio do meu trabalho na AMODEG, pude convencer os meus colegas da Renamo de que a guerra tinha acabado realmente. O meio de convencê-los era juntar-se com os soldados da Frelimo para trocar experiências. Isso deu resultado, ajudou a vencer o medo. As pessoas estavam muito medrosas, tinham medo de sair do matagal. O que se tem que fazer é falar, nunca parar de falar.’

‘O mesmo acontece com a ProPaz. Fazemos *palestras* (uma combinação de leitura e discussão), falamos, discutimos, ensinamos sobre a paz e falamos sobre maneiras de resolver conflitos, sobre os perigos de ter armas escondidas nas comunidades. Fazemos isto em toda a província. Treinámos outros para fazer o mesmo trabalho nos distritos e também trabalhámos com a Handicap International, uma ONG internacional que ajuda vítimas de minas terrestres.’

‘Trabalho para a ProPaz com todo o coração. Abriu os meus horizontes, sobretudo quando vejo os resultados que estamos a alcançar nas comunidades. Durante a guerra, eu fazia parte dum outro tipo de política. Agora tudo isso pertence ao passado. Era um tipo de política que já não é para mim. Sabe, continuarei a trabalhar para a ProPaz até eles me pedirem para sair ...’

‘Agora tenho terra. Foi fácil obtê-la. Pode-se arrendar ou comprar. Portanto, tenho agora a minha machamba e pode crer que fiquei bastante satisfeito. Não completamente, claro, pois faltam bastantes coisas! A minha casa ainda não está terminada, porque falta o dinheiro. O meu filho precisa de ir à escola, o que nem

sempre é fácil. Seria bom se começassem a usar os serviços das pessoas com experiência militar ... assim arranjávamos emprego!’

9.4 História de vida: Alice Elias Zaque Cuinica

Já sorri ao longe, radiante e cheia de vida, e gosta de falar. A Alice é muito boa em explicar – salvo quando sabe que há pessoas mais informadas. Mora na vila de Dondo, a meia hora de carro da Beira, a segunda cidade portuária de Moçambique, no centro do país. Todos os visitantes de Dondo em 2005 começam com a pergunta obrigatória “E que tal a cobra?” É uma referência à serpente que conseguiu se instalar num edifício pertencendo às autoridades locais, onde prepara uma emboscada e ataca pessoas. ‘É melhor você perguntar a um amigo meu’, a Alice responde, e assim a conversa passa rapidamente para a sua vida actual. É casada, tem quatro filhos que frequentam a escola. Infelizmente ainda não tem casa, pois falta dinheiro para terminar a construção. Ganha a vida no comércio.

Desde 1996, a Alice tem sido membro do grupo da ProPaz em Dondo. ‘Somos importantes de várias formas. Por exemplo, cá em Dondo temos um grande problema com a criminalidade. Vivemos muito perto da cidade e há assaltos de casas e roubos de bens. O que acontece quando as pessoas de cá apanham um destes tipos, é que lhe dão uma sova terrível. Estamos aqui para contar às pessoas que este tipo de violência não resolve nada. Temos a polícia, temos um sistema de justiça – não é perfeito mas existe. Em geral as pessoas concordam – mas nunca se sabe ...’

Assim como os outros grupos da ProPaz, o grupo da Alice e dos seus colegas cobre uma grande região. No caso dela, a região inclui Maringué, aldeia notória pela sua localização no denso matagal moçambicano e pela sua antiga função de quartel-general dos rebeldes da Renamo. A Alice pensa que, em Maringué, duas coisas melhoraram, graças ao trabalho dela e dos colegas. ‘Sabe, Maringué é uma comunidade muito conservadora, onde as raparigas não iam à escola. Conseguimos convencer os pais de que seria bom se as suas filhas também recebessem uma educação.’ E, que tal? ‘Até agora correu bem’, diz a Alice. A outra coisa é a reputação do lugar. ‘As pessoas ainda estão convencidas de que quem vai a Maringué nunca mais volta. Portanto quando eu e os meus colegas vamos lá, mesmo com estrangeiros, e voltamos vivos, este facto ajuda a mudar as ideias existentes sobre o lugar. É uma aldeia normal, como qualquer outra.’

A respeito da sua própria educação, a Alice teve sorte em ter tido um pai que podia trabalhar na África do Sul e mandar dinheiro para casa, e uma mãe que insistia na educação. Mas a educação também foi uma armadilha. ‘Todos nós íamos à escola em Chokwe, onde comecei em 1977. Mas pouco depois, alguns de nós foram seleccionados para outro tipo de educação. Alguém entrou na classe e disse literalmente: “Tu, e tu, e tu. Venham comigo.” E fomos para Xai-Xai, perto de Maputo, para ter treino político. Não, claro que muitos de nós não queriam ir - alguns choraram, foi o fim da nossa educação.’

Depois seguiu-se o serviço militar. ‘É obrigatório para toda a gente. Fui treinada em Moamba, no Sul. Aprendi tudo: técnica, logística, como usar armas, munições, incluindo artilharia pesada. Tudo! Suponho que tive sorte, pois nunca tive que usar este

conhecimento, nunca caímos numa emboscada nem nada. Mas eu e os meus colegas continuámos com o nosso trabalho político, na Zambézia, em Nampula e depois aqui em Dondo, explicando às pessoas porque tínhamos que lutar.

‘Penso que as aptidões que aprendi durante o treino político em Xai-Xai ainda me servem. Explicar é uma coisa que sei fazer muito bem. E, repare bem, sem o exército nunca tínhamos tido a ProPaz. Uniu-nos, a Frelimo e a Renamo, como nunca antes. Mas também penso que toda a gente, homens e mulheres, tem o direito de ter este treino e experiência militar. Em vários modos, a vida militar é mais dinâmica. Caminha-se, trabalha-se muito e aprende-se a ser pontual. A vida civil é mais passiva. Também encontrei o meu marido durante o serviço militar. Sabe, para mulheres é muito difícil casar-se com um homem que não esteve no exército. Porquê? Penso que simplesmente não nos compreendem ...’

Este lugar onde estamos sentados tornou-se quase uma segunda casa para mim quando cheguei a Dondo pela primeira vez. É uma espécie de restaurante com alguns pequenos espaços para reuniões no quintal. A mulher que o dirige é como uma mãe para mim. Crê que o trabalho que estamos a fazer com a ProPaz é importante, e podemos usar sempre as suas instalações gratuitamente. Espero que continuemos crescendo, porque há bastantes partes do país onde ainda temos tensões políticas, como Moçimba da Praia no Norte e outros lugares. É possível, já obtivemos bons resultados. Olhe para Maringué, nos maus tempos de outrora nem sequer se podia entrar naquele lugar. E agora estamos lá como se fôssemos irmãos.’

9.5 Qualidade não usada de perito em minas

Durante a guerra, muito ex-combatentes estavam envolvidos na colocação de minas e, conforme o tempo e as frentes passavam, na sua remoção. Curiosamente, esta perícia é largamente ignorada num país que poderia beneficiar imensamente do conhecimento que persiste na memória das pessoas, sobre onde colocaram minas e, portanto, onde poderão ser encontradas. Este conhecimento também poderá ser útil de outra maneira, para localizar esconderijos de armas, que estão muitas vezes protegidos por minas. Há quem saiba quem pôs as armas lá, ou onde se colocaram minas no chão.

Contudo, a questão levanta problemas legais. A polícia pode pensar que ex-combatentes que apresentam informação sobre esconderijos de armas ajudaram a colocá-las lá. Isto não é aliciante para a colaboração e a confiança mútua. O mesmo se aplica à questão das minas. Moçambique foi um dos primeiros signatários da Convenção Internacional de Ottawa, que proibiu a produção, transferência, uso e venda de minas em todo o mundo. De acordo com o Landmine Monitor de 2004, o Parlamento estava a preparar a legislação a propósito da Convenção de Ottawa, mas qualquer lei que resulte e que entre em vigor será posterior ao fim da guerra da Independência e também ao fim da guerra de 16 anos. Como a última guerra terminou cerca de cinco anos antes da criação da Convenção, isto não seria realmente um problema interno, mas aqui é que entra de novo a questão de confiança. Devia haver maneiras de comunicar este género de informação sensível à polícia garantindo a segurança desta informação e, se necessário, a identidade da pessoa que a forneceu. A ProPaz tenta desenvolver um sistema para tornar isto possível.

Na experiência dum ex-combatente, a polícia também deixa de actuar quando a informação é fornecida efectivamente. ‘Mesmo quando as pessoas se apresentam apesar de se sentirem intimidadas pela polícia, não se faz nada. É uma coisa que não compreendemos. Mas a polícia prefere trabalhar sozinha. Isto é estranho. Há pessoas que sabem onde há minas porque as colocaram lá. Porque é que não são chamadas?’ Este sentimento tem eco num dos antigos colegas que agora também está na ProPaz. ‘Na realidade eu era *sapador* (perito de minas).’ Ele acrescenta, realmente triste, ‘mas nunca me convidaram ...’

Um ex-combatente disse ter suspeitas de que de, uma maneira ou de outra, não se precisa do conhecimento deles, porque remover minas é uma indústria. Esta indústria envolveria o governo, o exército, ONG’s locais, ONG’s internacionais e companhias. ‘Quem sabe não é convidado e quem não sabe obtém o emprego ...’ Para ser justo, cabe referir que a Norwegian People’s Aid, a HALO Trust e outras ONG’s que se dedicaram à desminagem em Moçambique, contrataram ex-combatentes com experiência de minas como sapadores. O contingente Holandês da ONUMOZ abriu uma escola de desminagem na Beira, que em 1993 recrutava expressamente ex-combatentes. A verdade é que o interesse dos doadores na desminagem em Moçambique está a diminuir pouco a pouco, e que esperam do governo que tome conta do assunto num futuro não muito distante. A maioria dos grandes grupos internacionais de desminagem prepara-se para sair de Moçambique, enquanto outros países (entre os quais Angola) sobem na agenda de desminagem.

9.6 Preconceito urbano, conhecimento rural

‘Estamos agora a entrar numa zona de fome,’ diz Paulo Andrasson Vinte. Desde que a mata começou a se tornar mais rala, lenta mas seguramente, parece que alguma coisa de grave aconteceu no que diz respeito à chuva este ano. Os campos secos e áridos, as plantas de milho definhadas, sinais denunciadores de uma colheita marcada por uma seca profunda. A seca afecta também o lugar que possivelmente tem a pior reputação em todo o Moçambique: a vila central de Maringué. Foi a capital da Renamo durante o tempo de guerra por alguns anos e sobre a qual se contavam as histórias mais assustadoras, das quais a mais trivial referia que quem se decidisse a lá ir não era esperado regressar vivo. De facto chegar lá não poderia ter sido mais fácil. A estrada desde Gorongosa, que é a vila mais perto de Maringué (a 200 quilómetros de distância), é a melhor do país e só uma meia hora de estrada de terra batida é que separa Maringué da estrada alcatroada. A cidade que acolhia Afonso Dhlakama exhibe um grande conjunto de edifícios novos (o maior dos quais pertence ao *administrador*) e o lugar no seu todo tem um aspecto agradável e arejado, incrementado pelo facto de fazer com que os forasteiros se sintam mesmo em casa. Apesar da grave escassez de alimentos (o governo declarou o estado de emergência para essa área e apelou para a ajuda internacional), foram preparados carne de frango, *xima* (produto de milho) e alguns legumes para prover os visitantes com pelo menos uma refeição semi-decente. Isto é uma questão de tradição e não de captar as boas graças.

O problema, tal como o Salomão Mungoi do programa ProPaz explica no caminho de regresso, é

Lutas em tempo de paz. Trabalhando com ex-combatentes em Moçambique: o seu trabalho e as suas frustrações e sucessos

que quem escreveu sobre lugares como Maringué nunca se deu ao trabalho de lá ir. Certamente que houve problemas em Maringué, graças, entre outras coisas, às atitudes dos chamados Guardas Presidenciais de Dhlakama, um grupo de combatentes privados aparentemente encarregados da protecção do líder da Renamo. Eles provocaram vários incidentes tanto aqui como noutros lados. Mas não é certamente justo retratar a cidade como sendo um ninho de víboras, nem isso contribui para a reconciliação nacional.